

## ADUNICAMP EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

ADunicamp | WWW.ADUNICAMP.ORG.BR | FACEBOOK.COM/ADUNICAMP



FUTURE-SE

**O PROJETO NEOLIBERAL E OS ATAQUES À UNIVERSIDADE PÚBLICA, À CIÊNCIA E À EDUCAÇÃO**



# O PROJETO NEOLIBERAL E OS ATAQUES À UNIVERSIDADE PÚBLICA, À CIÊNCIA E À EDUCAÇÃO: TEMA DO BOLETIM DA ADUNICAMP

EDWIGES MORATO - Professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp) e Diretora da ADunicamp

Não é de hoje que o Brasil tem sido visto como um “campo de provas” de um projeto neoliberal conservador, autoritário e antinacional. O Golpe de 2016 e a reforma trabalhista (que fragiliza direitos trabalhistas, salários, condições laborais), bem como a Emenda Constitucional 95 (que congelou gastos do Estado em áreas essenciais como Saúde e Educação), eventos ocorridos ainda no Governo Temer, não desmentem essa tese. Muito pelo contrário.

Os estudiosos de áreas como Economia, História, Ciência Política e Sociologia apontam que o projeto macroeconômico de viés desestabilizante há décadas suplicia nações inteiras, mesmo aquelas que já conheceram de algum modo um estado de bem-estar social, como o Chile antes do General Pinochet. Segundo Óscar Landerretche, da Universidade do Chile, após o golpe naquele país, “não havia seguro de saúde universal, seguro-desemprego, gratuidade no ensino superior, nem pilares solidários no sistema de previdência”<sup>1</sup>. A história se repete no Brasil em proporções gigantescas, como o nosso país. Projetos que se organizam como

laboratórios em construção em várias áreas tidas como essenciais e estratégicas, engendradas como ações de Governo, estão centrados nos pilares do neoliberalismo: austeridade radical, desregulação do mercado de trabalho, privatização generalizada. Tais pilares têm muitas faces (política, econômica, educacional, previdenciária, cultural, industrial, filosófica, etc.) que podem ser exibidas conjuntamente, de forma a diminuir a presença do Estado e permitir redução de gastos e investimentos públicos, especialmente na área social.

Não apenas a Educação e a Ciência sofrem com os ataques desferidos contra os interesses da população; também outras áreas essenciais como a Saúde, a Cultura e o Meio Ambiente resistem a cortes, boicotes, especulação, negligência e desamparo.

João Arriscado Nunes, professor de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal), publicou durante a última eleição presidencial brasileira (2018) um artigo no jornal *O Público* intitulado “A contrarreforma sanitária, ou o neoliberalismo como patologia”<sup>2</sup>. Nele,

Nunes afirma que a Constituição Federal de 1988 “determinou que a saúde era um direito de todos e um dever do Estado. Um dos aspectos em jogo hoje, na eleição em curso no Brasil, é a resistência às tentativas de dismantelar os meios para a realização desse direito e desse dever”. O dismantelamento do SUS, ousada iniciativa de garantir direito à Saúde num país de proporções continentais e marcado por uma enorme concentração de riqueza, tem tornado o Brasil um dos laboratórios neoliberais de enorme impacto social no âmbito da Saúde.

Vladimir Safatle, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), em artigo publicado em setembro de 2019 no jornal francês *Le Monde*, afirma que “uma das consequências mais visíveis desse neoliberalismo autoritário é a submissão de qualquer política ambiental aos interesses imediatos da indústria agroalimentar, um dos setores chave de apoio a Jair Bolsonaro. Nenhum protesto da sociedade tem verdadeiramente peso contra essa lógica baseada no desrespeito colonial secular pelos povos indíge-

1 - <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/03/23/bolsonaro-no-chile-como-a-escola-de-chicago-transformou-pais-latino-americano-em-laboratorio-do-neoliberalismo.htm?cmpid=copiaecola>

2 - <https://www.publico.pt/2018/09/21/mundo/opiniaao/a-contrarreforma-sanitaria-ou-o-neoliberalismo-como-patologia-1844664>

nas, no nacionalismo paranoico e na reedição de processos antigos de conquista de terras”.

Contudo, é principalmente no campo do conhecimento que os governos neoliberais engendram suas investidas mais atroz.

Este número especial do **BOLETIM DA ADUNICAMP** trata dos ataques neoliberais envidados contra as universidades públicas, portanto à Ciência, à Saúde e à Educação, pilares de qualquer possibilidade de inserção do Brasil na chamada sociedade do conhecimento, da tecnologia, do bem-estar e da informação, em suas muitas formas.

Verdadeiros laboratórios de um projeto neoliberal, tais agressões contra o interesse da população brasileira têm promovido, ou tentado promover, uma destruição devastadora de conquistas no campo das políticas públicas. O Governo Temer já havia anunciado o desmonte em curso, com a aprovação da reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95.

O Governo Bolsonaro, por sua vez, lançou-se desde o início com fúria sobre os interesses nacionais, o sistema previdenciário, a infraestrutura da indústria, as condições ecológicas e ambientais, os direitos humanos, as conquistas socioculturais obtidas em passado recente nas áreas de Educação e Ciência, sabidamente emancipadoras, reflexivas e formativas.

A precarização do trabalho docente, do pesquisador e do cientista, agudizada pela Reforma da

Previdência já aprovada no Senado, é um derivado do projeto neoliberal ancorado na fragilização dos direitos trabalhistas, na “uberrização” do trabalho. “Propostas” ineptas, obscurantistas e autoritárias para a Educação e a Cultura abundam nos últimos meses, seja por meio de incentivo à censura e ao denunciamento no ambiente escolar e científico, seja por meio de intervenção direta do governo nas esferas administrativas de instituições de ensino e ciência, seja por meio de cortes de bolsa e de apoio à pesquisa, seja por meio de projetos conservadores quase sempre rejeitados pela comunidade acadêmica e pela sociedade civil (escolas militares, *homeschooling*, projeto escola sem partido), seja pela mercantilização da Educação Superior (via projetos como o FUTURE-SE), seja por meio de estratégias de força como a instalação de uma CPI sem objeto definido a afrontar as universidades públicas paulistas.

Este Boletim, além de avaliar os impactos e as implicações do neoliberalismo no campo da Educação e da Ciência, tem o objetivo de identificar seus objetivos e *modus operandi*. Afinal, a melhor maneira de frear e superar o desenvolvimento do projeto neoliberal entre nós, segundo vários estudiosos, é a um só tempo fortalecer valores sociopolíticos humanísticos, essencialmente não capitalistas, e identificar valores e atores que operam no polo contrário a eles.

A história do neoliberalismo na

América Latina aponta semelhanças e diferenças entre as experiências de diferentes países da região. A experiência brasileira tem transformado o Brasil num “país-laboratório”, como recentes fatos políticos têm indicado. Assim como a história neoliberal latino-americana, a brasileira é caracterizada por uma “grande violência sociopolítica institucionalizada”, nos termos de Gaudichaud, em um texto intitulado “La voie chilienne au néolibéralisme. Regards croisés sur un pays laboratoire”<sup>3</sup>, publicado em 2014.

Conter os efeitos de projetos ou laboratórios neoliberais implica, naturalmente, opor-se ao neoliberalismo como forma de vida. Disso dependerá toda sorte de organização e ação da sociedade civil, dos movimentos sociais, do parlamento, das entidades sindicais, dos estudantes, etc.

A preservação de um sistema educacional público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado é, ao que tudo indica, base da resistência aos ataques aqui mencionados.

Com a finalidade de analisar vários aspectos e implicações do neoliberalismo, colaboram com este novo número do **BOLETIM DA ADUNICAMP** docentes de várias áreas. Reunidas em textos breves, as reflexões enfeixadas neste Boletim estão devotadas, de maneira objetiva e contundente, à análise da conjuntura nacional, em especial a que se refere ao contexto científico e educacional.

*Não é de hoje que o Brasil tem sido visto como um “campo de provas” de um projeto neoliberal conservador, autoritário e antinacional. O Golpe de 2016 e a reforma trabalhista (que fragiliza direitos trabalhistas, salários, condições laborais), bem como a Emenda Constitucional 95 (que congelou gastos do Estado em áreas essenciais como Saúde e Educação), eventos ocorridos ainda no Governo Temer, não desmentem essa tese. Muito pelo contrário.*

3 - <https://journals.openedition.org/nuevomundo/67029>

## EXPEDIENTE

**Boletim da ADunicamp** é uma publicação da Associação de Docentes da Unicamp – Seção Sindical do ANDES-SN. **Gestão ‘ADunicamp Plural e Democrática’ (2018/2020):** Presidente Wagner Romão (IFCH), 1ª Vice-Presidente Silvia Gatti (IB), 2º Vice-Presidente Paulo Cesar Centoducatte (IC), 1ª Secretária Verónica González-Lopez (IMECC), 2ª Secretária Áurea Maria Guimarães (FE), 1º Tesoureiro Gustavo Tenório Cunha (FCM), 2º Tesoureiro Guilherme Santos Mello (IE), Dir. Adm. Edson Joaquim dos Santos (Cotuca), Dir. Imprensa Edwiges Maria Morato (IEL), Dir. Cultural Wanderley Martins (IA). **Endereço** - Av. Érico Veríssimo, 1479 - Cid. Universitária - CEP 13.083-851 - Campinas/SP - Fone.: (19) 35212479 / 35212470 - [adunicamp.org.br](http://adunicamp.org.br) - [facebook.com/ADunicamp](https://facebook.com/ADunicamp) - [twitter.com/ADunicamp](https://twitter.com/ADunicamp) - [youtube.com/ADunicamp](https://youtube.com/ADunicamp)



# NEOLIBERALISMO E POPULISMO

CICERO ARAÚJO - *Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP)*

Quando minha amiga Edwiges Morato propôs que eu escrevesse neste dossiê, sugeri o título acima, “Neoliberalismo e Populismo”. A ideia era muito simples: mostrar que, do modo como vem sendo usada, com sentido negativo e abarcando fenômenos contemporâneos muito diversos ideologicamente, a segunda palavra acabava encobrindo a primeira. O ponto não é que ela descreve mal sua aparência – o estilo das lideranças, a oposição entre “povo” e “elite” etc; a questão é que tende a empurrar para a sombra aquilo que deveria esclarecer: por que isso está acontecendo? Quais seu contexto e antecedentes? Por aí é que a experiência histórica de fundo, que tem a ver com a palavra “neoliberalismo” (mesmo que não só), ganharia o primeiro plano. Mas ao escolhermos nos concentrar na fenomenologia do populismo, ficamos congelados no presente, deixando de lado os fatores, digamos assim, “não populistas” que poderiam estar alimentando o próprio fenômeno.

Eis que ao colocar-me a escrever, recei que não teria muito mais a dizer do que já está dito no parágrafo acima, além de me dar conta que outros colegas (como Flávio Aguiar, num blog recém-lançado: ver em [terraeredonda.com.br/viagem-ao-brasil](http://terraeredonda.com.br/viagem-ao-brasil)) já estavam lidando, e muito bem, com o assunto, na mesma pegada... Em suma, o receio de chover no molhado.

Sei que um observador distanciando de nossos atuais conflitos – se que é essa figura existe em algum lugar! – poderia objetar que, na verdade, ambos os termos escondem e esclarecem algo, uma vez que refletem, cada qual puxando a “sardinha” para seu lado, os campos opostos do conflito político. Assim, os analistas conservadores preferem apontar o dedo para o populismo, enquanto os de es-

querda para seu usual suspect, o neoliberalismo.

Tenho duas respostas para este possível observador. Primeiro, simplesmente aceitar que nenhuma das duas palavras são inteiramente objetivas, neutras, para descrever o que acontece. De modo que, ao escolher uma delas, estamos de fato escolhendo um lado. Não obstante, e aí vem a segunda resposta, isso não implica colocar um sinal de igual nessa disputa, como que a trivializando. Pois bem: tentando não chover no molhado, é disso que as restantes e talvez mal traçadas linhas vão tratar.

De novo: não quero negar o fenômeno do “populismo”, ou algo que poderia ser chamado assim. Todavia, insisto que o uso preferencial desse termo para descrever o que vem ocorrendo no mundo da política reflete uma cumplicidade com um acontecimento muito mais abrangente – prefiro chamá-lo de um “processo” – que é o neoliberalismo. É claro que uso esse termo com o dedo acusador: trata-se de um fato, mas nem por isso inevitável. Suspeito, porém, que os que evitam a palavra no fundo não recusam o fato mas, ao contrário, consideram-no algo semelhante a uma força da natureza. Como é inútil dar murro em ponta de faca, falemos do populismo, este sim ao alcance de nossa vontade!

Digamos que o leitor não esteja convencido do passo que acabo de dar: talvez uma coisa não implique a outra. Ok: então sigamos um pouco mais a linha de raciocínio que aponta para “populismo”. Como já anotei, quem o coloca no centro da discussão faz um uso largo do termo, cruzando deliberadamente fronteiras ideológicas tradicionais: Donald Trump e seus seguidores da Alt-Right, Victor Orbán, Matteo Salvini, Marine Le Pen e a penca de movimentos da extrema direita europeia, seriam

todos personalidades e movimentos populistas; mas também partidos e movimentos de esquerda, como o Syriza grego, o Podemos espanhol, a ala do Partido Trabalhista britânico liderada por Jeremy Corbyn, a do Partido Democrata americano liderada por Bernie Sanders ou – indo mais para o Sul – toda essa “onda rosa” que governou, e em alguns casos ainda governa, países latino-americanos, da Venezuela à Argentina, passando, evidentemente, pelo Brasil de Lula.

É bem possível que se diga que sim, há diferenças programáticas muito consideráveis entre eles, o conteúdo de seus discursos são divergentes. Mas o importante é sua caracterização como populistas. Como se fossem dois extremos que se tocassem. Daí a condenação moral comum: ainda que divergentes no programa e no discurso, estariam carregando juntos um mal maior. Que mal seria este?

Aqui uma resposta plausível poderia ser: o mal comum é a reação contrária às políticas neoliberais... o que levaria a discussão para o outro campo. Por isso mesmo, a resposta que dá continuidade à linha de raciocínio que estamos seguindo é outra: o mal comum é a ameaça à democracia que esses diferentes populismos representam. Como o valor da democracia é transcendente, considerado acima da disputa, somos então convocados, como democratas convictos, não importa se de direita ou esquerda, a cerrar fileiras na luta contra o “populismo” de um modo geral. E assim, de novo, o neoliberalismo acaba saindo dos limites de nossa visibilidade. Mesmo estando entre nós, e mesmo quando tentamos falar dele, a tentativa parece inútil e até entediante, porque o próprio objeto sempre se revela capaz de nos escapar entre os dedos. É o que os alemães chamam

de Zeitgeist, o “espírito da época”. Sem dúvida, o Zeitgeist não é uma força da natureza, mas é “como se”. Logo, sou obrigado a admitir que é uma tendência muito poderosa, às vezes até avassaladora. Sendo, contudo, “tendência”, não é um fato invencível, como a força da gravidade o é. Sabemos pelo menos que os tempos mudam, mesmo quando se impõem como uma “época” determinada: simplesmente porque são históricos. Enfim, não seria o próprio populismo, ainda que entendido como um fenômeno real, mas superficial (como eu mesmo gostaria de interpretá-lo), o signo de uma mudança em curso? A trama é complicada. Para este articulista, é óbvio que os Trump, Salvini, Le Pen, o Brexit (que não mencionei antes) etc, são ameaças iminentes à democracia: eles mesmos não escondem suas pretensões, em palavras e gestos. O mesmo não diria de Corbyn, Sanders, Podemos, Syriza e outros movimentos semelhantes: vejo-os como alternativas ao neoliberalis-

mo, mas não com a pretensão de por fim à democracia de seus respectivos países. Ao tentar fazê-lo, entretanto, desafiam um consenso estabelecido. E as democracias, para funcionarem, normalmente dependem de algum consenso. Pode não ser o neoliberalismo, mas de qualquer forma um certo consenso. Eis que o “espírito da época” acaba nos colocando num dilema, ao fazer da democracia, o valor que (suponho) todos desejamos, algo como sua refém... Por isso é tão complicado fixar uma estratégia satisfatória para superar esses tempos neoliberais. Que o digam as experiências recentes, infelizmente derrotadas, do Syriza e do próprio PT de Lula, e as grandes dificuldades que vêm enfrentando um Lopes Obrador, no México, eleito no ano passado, e que na certa enfrentará o retorno do peronismo na Argentina, mesmo depois de uma vitória eleitoral retumbante.

Se for acertado o que disse no início, ao responsabilizar o neoliberalismo pelas perturbações e ameaças que presenciamos, penso que derrotar o populismo – é claro que agora estou me limitando a falar dessa onda autoritária de extrema direita – para simplesmente retornar ao neoliberalismo de costume significará uma vitória de Pirro da democracia. O sintoma se dissipará por algum tempo, mas não sua “etiologia”. Como toda recaída, esta tenderá a voltar mais à frente com força redobrada. Com gosto de vingança. Por isso mesmo, não vejo resposta mais apropriada do que afrontar o consenso estabelecido. Isto é, correr o risco. Sem nunca abrir mão do valor da democracia, buscar um novo consenso para ela, e com uma orientação clara: mais, muito mais igualdade e menos, muito menos oligarquia.

*...não quero negar o fenômeno do “populismo”, ou algo que poderia ser chamado assim. Todavia, insisto que o uso preferencial desse termo para descrever o que vem ocorrendo no mundo da política reflete uma cumplicidade com um acontecimento muito mais abrangente – prefiro chamá-lo de um “processo” – que é o neoliberalismo.*



# OS MITOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E O AUMENTO DA POBREZA NA VELHICE

**PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS** -  
Professor do Instituto de Economia  
(IE/Unicamp)

*...o governo apresentou dados falsificados na primeira publicação entregue à imprensa depois do escândalo gerado pela decretação do sigilo dos dados que justificavam a reforma. Sério, o governo decretou sigilo dos dados, como se tivesse tudo a esconder. E tinha. Os dados detalhados nunca foram liberados, mas em 25 de abril a apresentação à imprensa continha dados falsificados que alegavam que a reforma reduzia privilégios dos trabalhadores do setor privado com maiores salários e aumentava os subsídios para os trabalhadores mais pobres.*

O debate público sobre a Reforma da Previdência é talvez o mais desonesto da história brasileira. A campanha de desinformação começou com o governo Federal, mas recebeu uma contribuição formidável de alguns especialistas no assunto. Poucos desinformaram mais do que o consultor Paulo Taffner, às vezes em conjunto com o consultor do Senado Pedro Nery e o economista Armínio Fraga.

Para começar, o governo apresentou dados falsificados na primeira publicação entregue à imprensa depois do escândalo gerado pela decretação do sigilo dos dados que justificavam a reforma. Sério, o governo decretou sigilo dos dados, como se tivesse tudo a esconder.

E tinha. Os dados detalhados nunca foram liberados, mas em 25 de abril a apresentação à imprensa continha dados falsificados que alegavam que a reforma reduzia privilégios dos trabalhadores do setor privado com maiores salários e aumentava os subsídios para os trabalhadores mais pobres.

Para entendermos a mentira, é preciso compreender que hoje, na aposentadoria urbana, pode-se aposentar por idade ou por tempo de contribuição. Por idade, é necessário alcançar a idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 para homens, com pelo menos 15 anos de contribuição. Neste caso há um desconto de 15% do salário médio para a aposentadoria, que diminui 1% a cada ano extra de contribuição.

Na aposentadoria por tempo de contribuição, exige-se 30 anos de contribuição para mulheres e 35 para homens, sem exigência de

idade mínima. No entanto, a aposentadoria integral (desconto zero) só é obtida em duas condições: caso a aposentadoria seja solicitada em torno da idade mínima (60/65 para mulheres/homens) ou caso a soma da contribuição com a idade chegue a 86 pontos para mulheres e 96 para homens, que aumentará a cada dois anos até chegar à soma 90/100 em 2027. Em qualquer caso, o tempo de contribuição é bem maior do que o requerido para a aposentadoria por idade.

Sem cumprir estas condições, a desvantagem da aposentadoria por tempo de contribuição não é só exigir muito mais tempo de contribuição do que a aposentadoria por idade. Ainda por cima, há o desconto do valor da aposentadoria pelo Fator Previdenciário (FP), criado em 1999 para punir aposentadorias solicitadas mais cedo.

O FP torna desvantajoso antecipar a aposentadoria, pois produz um desconto do valor mensal e do valor total da aposentadoria. Ele é, portanto, vantajoso do ponto de vista fiscal. O governo esconde este fato do debate público, que já foi confirmado em várias pesquisas do próprio governo, como Secretaria da Previdência (Sprev) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além da Consultoria Legislativa.

## O PREJUÍZO É CONCENTRADO NOS MAIS POBRES

Por que se omite isso? Porque o governo precisa esconder que o fim da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ou melhor, a nova

exigência simultânea de tempo de contribuição e idade mínima vai prejudicar principalmente os trabalhadores que hoje se aposentam por idade mínima (geralmente mais pobres). Já entre os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição, os mais pobres também serão os prejudicados.

Assim, o principal argumento a favor da reforma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que protege os trabalhadores do setor privado, é falso. A alegação é que a Aposentadoria por Tempo de Contribuição (ATC) é um privilégio caro dos trabalhadores mais ricos. Isso não é verdade.

Com muito custo, comprovamos a mentira depois de obter a planilha com os dados falsificados através da Lei de Acesso à informação, em agosto, quando a reforma já tinha sido aprovada na Câmara dos Deputados. Na verdade, a reforma afeta pouco os trabalhadores mais ricos do setor privado e vai ser muito ruim para os trabalhadores mais pobres.

Duas Audiências Públicas foram realizadas no Senado em 20 de setembro e 16 de outubro para comprovar a falsificação. A contabilidade criativa deveria levar o Senado a exigir a liberação do conjunto dos dados sigilosos antes da votação do segundo turno da reforma. Mas os senadores já sabem que a pobreza vai aumentar entre os aposentados, como mostramos como mostramos em Nota Técnica do CECON-UNICAMP (ver em:

<http://www.eco.unicamp.br/index.php/noticias/2100-cecon-a-contabilidade-criativa-na-reforma-da-previdencia-e-o-aumento-da-pobreza-novos-dados-e-treplica-a-resposta-oficial>

Publicado originalmente em:  
<https://www.cartacapital.com.br/economia/fabulas-de-uma-reforma-da-previdencia-que-vai-aumentar-a-pobreza/>



O fim da Aposentadoria por Tempo de Contribuição com a Nova Previdência apenas adia uma conta maior. Quem se aposenta por tempo de contribuição hoje poderá se aposentar com a idade mínima, mas o custo fiscal é maior por causa do fim do Fator Previdenciário. Para compensar o prejuízo fiscal, a reforma propõe aumentar o desconto do salário para a aposentadoria (tecnicamente, diminuir a Taxa de Reposição do salário para a aposentadoria). No entanto, o faz protegendo os mais ricos e punindo os mais pobres. Isto não é dito pelos defensores da reforma.

De fato, a punição é severa para trabalhadores com o tempo de contribuição mínimo, ou seja, o desconto inicial é de 40% para os trabalhadores mais pobres com pouca capacidade contributiva. O desconto diminui 2 pontos percentuais a cada ano a mais de contribuição. Assim, o desconto será de apenas 10% para trabalhadores masculinos que alcançam 35 anos de contribuição, enquanto o benefício integral (desconto zero) é assegurado aos 35 anos de contribuição para mulheres e aos 40 anos para homens, beneficiando os trabalhadores mais ricos com maior capacidade contributiva. Em razão do desconto decrescente, o custo da exigência simultânea de tempo de contribuição e ida-

de mínima pós-reforma recai nos mais pobres e não nos trabalhadores que já acumulam grande tempo de contribuição hoje. Qual o efeito do corte de aposentadorias no aumento da pobreza?

A aposentadoria é muito importante para diminuir a pobreza. Dos 21 milhões de domicílios que tinham aposentados em 2017, em quase 13,5 milhões de domicílios, ou seja, 63,3% do total de domicílios, as aposentadorias são a principal fonte de renda. Por isso, para os que se aposentam por idade elevada e pouco tempo de contribuição, a redução imposta pela Nova Previdência de pelo menos 30% no valor do benefício aumentaria o número de pobres em mais de quatro milhões e cem mil pessoas caso a Nova Previdência já valesse para eles.

Um corte de 50% não será raro na Nova Previdência, pois o salário médio será calculado sem o descarte dos 20% piores salários como hoje. Neste caso, o número de pobres aumentaria em quase 9 milhões. Aqueles que recebem hoje abaixo de R\$ 1993,00 seriam jogados para o piso previdenciário de 1 salário mínimo na aposentadoria.

Ademais, não são apenas os trabalhadores que hoje se aposentam por idade mínima que sofrerão. Os mais pobres que se aposentam por tempo de contribuição tam-

bém vão sofrer. Não são poucos. Mais de 20% dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição o fazem hoje recebendo salário mínimo. Eles serão obrigados a se aposentar bem mais tarde, mesmo que percam renda antes dos 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens). Isto significa que mulheres terão que esperar até 18 anos para se aposentar, e homens até 16 anos.

### AS FÁBULAS QUE ENGANAM A POPULAÇÃO

É preciso esconder isto tudo. Além de falsificar planilhas, é importante divulgar argumentos enganosos ou simplesmente falsos. É aí que entram os fabulistas Paulo Tafner & Pedro Nery. Em artigo conjunto com Armínio Fraga em que chamaram Thomas Piketty de “contador” e não economista, fizeram a proeza de afirmar que a unificação da exigência de tempo de contribuição e idade mínima em um único sistema seria mera “simplificação” de “uma miríade de cálculos diferentes”. Curiosamente, escrevem em seguida “para os que ganham mais e se aposentam por tempo de contribuição, os 40 anos (de exigência para obter o benefício integral) não significam grande mudança em relação ao fator previdenciário”.

Tudo bem, para os mais ricos há algo que parece uma “simplificação”, mas é mais que isso: um estudo da Secretaria da Previdência estimou que a maioria dos mais ricos sai ganhando com a reforma do RGPS. Porém para os que ganham menos e tem pouco tempo de contribuição, o que há é um corte de 30 pontos percentuais na aposentadoria! A “economia” no RGPS não é sobre os ricos, mas sobre os pobres.

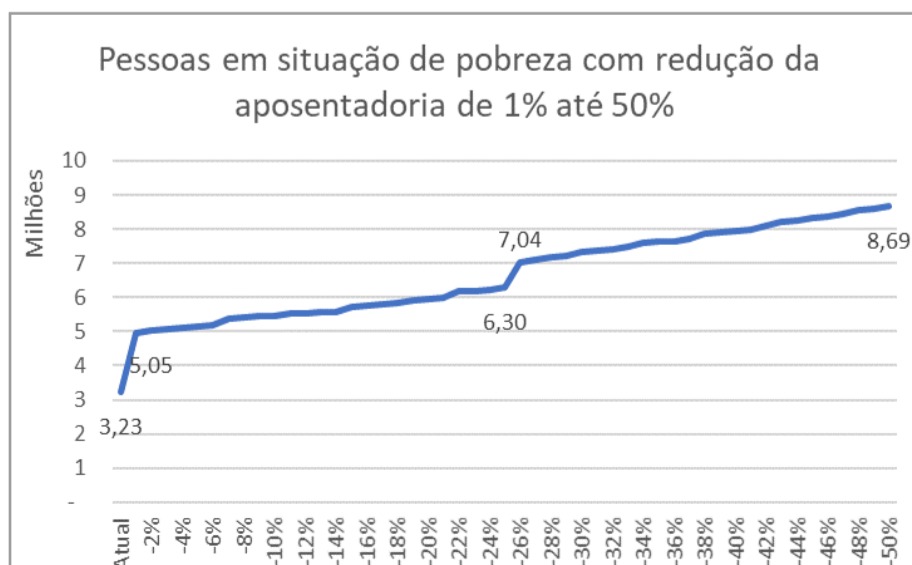
É claro que isso Tafner não nos conta, nem que há dois anos, na reforma proposta por Temer, ele defendia elevar o tempo mínimo

de contribuição para 25 anos. Em 2019, a proposta era elevar para 20 anos, o que já levaria a uma brutal exclusão previdenciária. De acordo com os microdados de 2016, 56,6% dos homens e 98,69% das mulheres que se aposentavam por idade não tinham os requisitos impostos pela Nova Previdência. Neste caso, a economia fiscal seria obtida através do confisco de contribuições de trabalhadores que não as teriam de volta por não conseguirem se aposentar.

Para “proteger” os inapensáveis, a “solução” apoiada por Tafner inicialmente era a de economizar ainda mais sobre os miseráveis, via redução do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para R\$ 400 antes dos 70 anos de idade. A pressão social barrou esta “economia”, mas a proposta aprovada na Câmara dos Deputados alterou o BPC para pior, ao contrário do que Tafner e cia. contaram ao público.

De fato, a reforma aprovada buscou assegurar que o BPC se limite apenas a famílias com renda per capita igual a 1/4 de salário mínimo (cerca de 250 por mês por pessoa para uma família de quatro), incluindo outros benefícios assistenciais e previdenciários.

Assim, se a soma da renda de uma família pobre superar um salário mínimo (bastando que um membro receba um salário mínimo), o idoso que não terá direito à aposentadoria com as novas regras também não terá direito ao BPC nem receberá suas contribuições de volta. Se tiver “sorte”, ou seja, se sua família for e continuar miserável, receberá um benefício que não dá direito a pensão por morte nem décimo-terceiro salário. É fundamental que o Senado confirme a supressão desta crueldade. As fábulas de Tafner não param por aí. No mesmo artigo assinado com Armínio Fraga e Pedro Nery, a proeza é condensar três falsidades em um parágrafo: “a empre-



gada doméstica, o pedreiro ou o gari se aposentam 10 anos depois do patrão: possuem idade mínima de 65 anos, enquanto a média da aposentadoria por tempo de contribuição é de 55”.

Tamanha “indignação” é usada para apoiar a Nova Previdência e, assim, piorar a situação de todos os pobres citados no parágrafo. A primeira enganação: a empregada pode se aposentar hoje com 60 anos (e não 65) e 15 anos de contribuição. Nossos fabulistas defendiam que ela se aposentasse com 20 anos de contribuição, mas a contragosto seu grupo só conseguiu aumentar a idade mínima para 62 anos e tacar-lhe o desconto inicial de 40% no benefício.

Segunda perversidade: hoje o gari pode obter aposentadoria especial a partir da comprovação da exposição a agentes nocivos biológicos, de forma habitual e permanente, por 25 anos, sem requisito de idade mínima. A reforma exige idade mínima para a aposentadoria especial, de modo que o gari só poderá se aposentar com 60 anos, mesmo que já tenha perdido o emprego muito tempo antes por não ser capaz de correr atrás dos caminhões de lixo.

Terceiro, o trabalhador humilde não se aposenta apenas por idade, pois mais de 1/5 das aposentadorias por tempo de contribuição paga um salário mínimo. Uma mulher que tenha começado a trabalhar com 14 anos, contribuindo sobre um salário mínimo por 30 anos, hoje pode se aposentar aos 44 anos sem perdas. Um homem aos 49 anos. Com as novas regras, ela precisará esperar mais 18 anos sem nenhuma recompensa, e ele mais 16 anos, conseguindo emprego ou não.

A coleção de inverdades não para aí. Para justificar piorar a situação dos idosos pobres com a Nova Previdência, Tafner e companhia alegam que “é conhecido o fato de que a pobreza no Brasil se concentra em crianças com pais desempregados, enquanto a Previdência se concentra em pessoas mais velhas com emprego formal”.

Primeiro, simplesmente não é verdade que “a pobreza no Brasil se concentra em crianças com pais desempregados”. De acordo com a PNAD de 2017, mesmo com benefícios previdenciários, 54,8

milhões de pessoas eram pobres, mas o número de indivíduos pobres até 14 anos era de 18,3 milhões (menos de 1/3). O número de desempregados, porém, foi 12,3 milhões. Mesmo que todas as crianças pobres fossem filhas dos desempregados, ainda teríamos 24,7 milhões de adultos empregados e pobres no Brasil.

Segundo, ainda que fosse verdade que “a pobreza no Brasil se concentra em crianças com pais desempregados”, a solução seria, por exemplo, aumentar o valor e a extensão do seguro-desemprego, realizar políticas de ampliação do emprego e salários, ampliar investimento em educação pública ou até, no limite, implementar a renda básica universal. A solução não é aumentar o número de pobres na velhice com a Reforma da Previdência.

De fato, a afirmação enganosa ignora o enorme impacto da Previdência na redução da pobreza no Brasil. Em 2017, mesmo com benefícios previdenciários, 54,8 milhões de pessoas eram pobres (segundo o critério do Banco Mundial). Ou seja, a Previdência já é insuficiente para combater a pobreza no Brasil, mas pode se tornar ainda mais insuficiente com a reforma.

Dados do extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social mostraram que, em 2015, sem a Previdência o número de pobres seria de 81,1 milhões (40,6% da população na época)! O aumento seria mais drástico na população entre 70 e 75 anos. Passaria de pouco mais de 5,5% para mais de 65% da população, ou seja, jogaria praticamente 2/3 da população mais idosa na pobreza. Como vimos, a Nova Previdência vai jogar na pobreza “apenas” 4 milhões e 100 mil pessoas, no mínimo.

## O FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESTÁ EM RISCO

Tafner & Nery já admitiram que querem reduzir os subsídios para os mais pobres. Em livro conjunto, citam textos que concluem no sentido de apontar que “no caso da aposentadoria por idade os requisitos contributivos atualmente em vigor são insuficientes para custear de forma completa o bene-

fício”.

Isso não é discutível. O que se discute é se devemos subsidiar ou não as aposentadorias por idade, solicitadas por trabalhadores que tem pouca capacidade contributiva.

O cúmulo da desonestidade, como veremos, é que os mesmos textos citados por Tafner & Nery argumentam que o subsídio para as aposentadorias por idade é pago em parte pelos trabalhadores com maior capacidade contributiva que se aposentam por tempo de contribuição. Tafner & Nery não só omitem esta informação, como alegam que os autores afirmam o contrário do que afirmam!

Para reduzir ao máximo os subsídios, a proposta que Tafner & Nery apoiavam era a capitalização, que daria muitos lucros para bancos e consultorias especializadas em Previdência. Neste caso, os contribuintes teriam direito apenas ao retorno de suas próprias contribuições ou, no limite, a um salário mínimo. Os subsídios aos mais pobres seriam brutalmente reduzidos.

A pressão social também barrou a capitalização, pelo menos por ora. No entanto, os especialistas sabem que foi aprovada a exclusão da contribuição fiscal das empresas do sistema de aposentadoria. Ou seja, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade (Cofins) vão deixar de ser alocadas para financiar aposentadorias, embora sejam por ora alocados para benefícios assistenciais.

Curiosamente, Tafner, Fraga e Nery (todos economistas) já chamaram a crítica deste fato de “alienígena”. Porém advogados especialistas em previdência, como Luiz Alberto dos Santos e José Pinto da Mota Filho, não deixam dúvidas a respeito disto.

Para quem não leu, o relator da reforma na Câmara dos Deputados propôs o seguinte texto, aprovado em Plenário, para o inciso VI do parágrafo único do art. 194 da Constituição: “VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social”.

*Dados do extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social mostraram que, em 2015, sem a Previdência o número de pobres seria de 81,1 milhões (40,6% da população na época)! O aumento seria mais drástico na população entre 70 e 75 anos. Passaria de pouco mais de 5,5% para mais de 65% da população, ou seja, jogaria praticamente 2/3 da população mais idosa na pobreza. Como vimos, a Nova Previdência vai jogar na pobreza “apenas” 4 milhões e 100 mil pessoas, no mínimo.*



Qualquer terráqueo sabe que “o caráter contributivo da previdência social” significa recursos oriundos das contribuições sobre a folha salarial, ou seja, excluindo CSLL e Confins. O parecer do relator não poderia ser mais claro quanto à sua intenção:

“... a integração das ações de saúde, previdência e assistência social em um conjunto que se convencionou denominar ‘seguridade social’ não deve impedir que se tenha total clareza contábil das receitas e despesas de cada uma destas importantes ações. Por tal razão, concordamos com a segregação contábil das referidas áreas, mas propomos alteração no texto proposto para o inciso VI do parágrafo único do art. 194 da Constituição com o intuito de fazer constar expressamente que a contabilidade em separado deve ser tanto das despesas quanto das receitas. Trata-se de uma medida voltada, em última análise, para garantir a transparência das contas públicas”.

Por que isto é importante? Mesmo que aposentadorias sejam gastos obrigatórios, esta nova divisão das receitas da seguridade social oficializa o discurso do déficit previdenciário sempre que as contribuições ficarem aquém das despesas. Para quem duvida, antes mesmo da aprovação final da reforma, este argumento foi usado e abusado pelos defensores da Nova Previdência nas audiências públicas no Senado em 20 de setembro e 16 de outubro.

Como o sistema de aposentadoria deixou de estar protegido pela exigência de maioria qualificada necessária para mudar o texto constitucional, o discurso do déficit será usado para legitimar a cobrança mais restritiva de novas alíquotas, idades mínimas ou tempo de contribuição no futuro, de modo que o próprio sistema se autofinancie. Ou seja, para reduzir ainda mais subsídios para os aposentados oriundos do financiamento tripartite das aposentadorias, exatamente ao contrário do que alega a propaganda oficial. É por isto que uma reforma da previdência que combata privilégios deve incluir privilégios remanescentes da elite de funcionários públicos e uma reforma tributária progressista. Isto não é feito pela Nova Previdência.



*O Brasil envelhece com pobreza*

Embora a progressividade da alíquota previdenciária vá na direção correta, a manutenção de regimes especiais para os militares e para os próprios políticos não vai. Ademais, é questionável que, em um único mês, magistrados possam auferir rendimentos superiores ao total das aposentadorias de um trabalhador que se aposente aos 65 anos para receber um salário mínimo por mês. Se a legislação tinha mudado para impedir o pagamento do BPC para quem tem na família alguém que receba outro benefício, por que não mudar para regular o pagamento de bonificações muito acima do teto salarial do funcionalismo público?

Sem uma reforma tributária progressista, e sem a CSLL e a Cofins, é duvidoso que o sistema público de previdência sobreviva a longo prazo à reforma. É necessário aumentar a progressividade do imposto de renda, ainda que aumente o piso de isenção. E eliminar os privilégios que isentam de impostos de renda as pessoas físicas detentoras do capital. Não basta eliminar isenções de fundações. Eliminar privilégios tributários pode levantar bem mais de R\$ 100 bilhões ao ano como quer o gover-

no com a reforma da previdência, sem tocar na sonegação que se aproximou de R\$ 620 bilhões em 2018, ou mais de 9% do PIB. Nada disso, porém, é objeto da reforma tributária discutida no parlamento.

Tafner & cia. já surpreenderam ao dizerem concordar com a taxa progressiva defendida por Thomas Piketty em artigo conjunto comigo, Marc Morgan e Amory Gethin, mas não voltaram a tocar no assunto. Armínio Fraga, aliás, já voltou aos velhos hábitos e nada falou de impostos progressivos como meios de combater a desigualdade no Brasil em artigo recente.

#### **EM QUEM CONFIAR? EM TAFNER & NERY OU EM TAFNER & NERY? EM LEONARDO ROLIM OU LEONARDO ROLIM?**

O governo esconde seus próprios estudos técnicos que mostram que o fim da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ou melhor, a nova exigência simultânea de tempo de contribuição e idade mínima vai prejudicar principalmente os trabalhadores que hoje se aposentam por idade mínima

(geralmente mais pobres). E que entre os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição, os mais pobres também serão os prejudicados.

Junto com Fraga, Tafner & Nery já divulgaram o argumento enganoso que a unificação de regimes de tempo de contribuição e idade mínima no RGPS envolve apenas uma “simplificação”. Na verdade, os subsídios pagos aos aposentados por idade pelos aposentados por tempo de contribuição vão diminuir brutalmente, jogando milhões de aposentados por idade na pobreza.

Tafner & Nery também citam autores que usam métodos corretos de cálculo atuarial para demonstrar a existência de subsídio pago hoje aos aposentados por idade. Em suas palavras: “Diversos estudos apontam a insuficiência do tempo de contribuição para arcar com os benefícios, medindo o desequilíbrio atuarial do benefício. Eles comparam as contribuições feitas com o valor a ser recebido (afetado pelo salário mínimo), se utilizando de taxas de juros para fazer as comparações” (p. 124). Depois disto, afirmam que estes mesmos autores escrevem o

Como o sistema de aposentadoria deixou de estar protegido pela exigência de maioria qualificada necessária para mudar o texto constitucional, o discurso do déficit será usado para legitimar a cobrança mais restritiva de novas alíquotas, idades mínimas ou tempo de contribuição no futuro, de modo que o próprio sistema se autofinancie. Ou seja, para reduzir ainda mais subsídios para os aposentados oriundos do financiamento tripartite das aposentadorias, exatamente ao contrário do que alega a propaganda oficial.

contrário do que escrevem sobre as aposentadorias por tempo de contribuição. Além disso, em artigos de opinião em defesa da Nova Previdência, simplesmente reclamam da aplicação da técnica atuarial consagrada internacionalmente (que citam favoravelmente no livro) quando ela mostra que as aposentadorias por tempo de contribuição envolvem contribuições que excedem os benefícios dos aposentados!

Seria entediante citar inúmeras passagens, mas tanto Fábio Giambiagi quanto Luís Eduardo Afonso ou Paulo Freitas repetem mais ou menos o seguinte, apenas para citar o próprio livro de Tafner & Nery: “Freitas (2017) aponta que o Regime Geral seria ‘pró-segurado’ para os menores salários, passando a ser mais ‘pró-governo’ à medida que os salários são maiores. Fernandes et al. (2017) frisam que ‘as taxas internas de retorno dos menos escolarizados e dos rurais são, de modo geral, maiores que as dos mais escolarizados, o que indica um caráter redistributivo do sistema’...”

Sim, a divisão atual entre regime de aposentadoria por tempo de contribuição e regime por idade mínima tem caráter redistributivo. Pois é “pró-governo” para os salários maiores de quem se aposenta por tempo de contribuição, e “pró-segurado” para os salários menores para quem se aposenta tempo de contribuição ou, mais tipicamente, por idade mínima. Este caráter redistributivo vai ser brutalmente cortado pela Nova Previdência.

A última fake news à disposição

dos defensores da Nova Previdência é alegar que benefícios de risco (como morte, doença e invalidez) tornariam até mesmo as aposentadorias por tempo de contribuição deficitárias atuarialmente.

Pedro Nery chegou a citar absurdamente a soma total destes benefícios (R\$ 200 bilhões) para sustentar este argumento enganoso, quando o valor das aposentadorias por tempo de contribuição é cerca de R\$ 160 bilhões. Como tais benefícios de risco devem ser encarados com extensões do prazo de recebimento da aposentadoria, eles são apenas uma fração do custo das aposentadorias e não 125% delas!

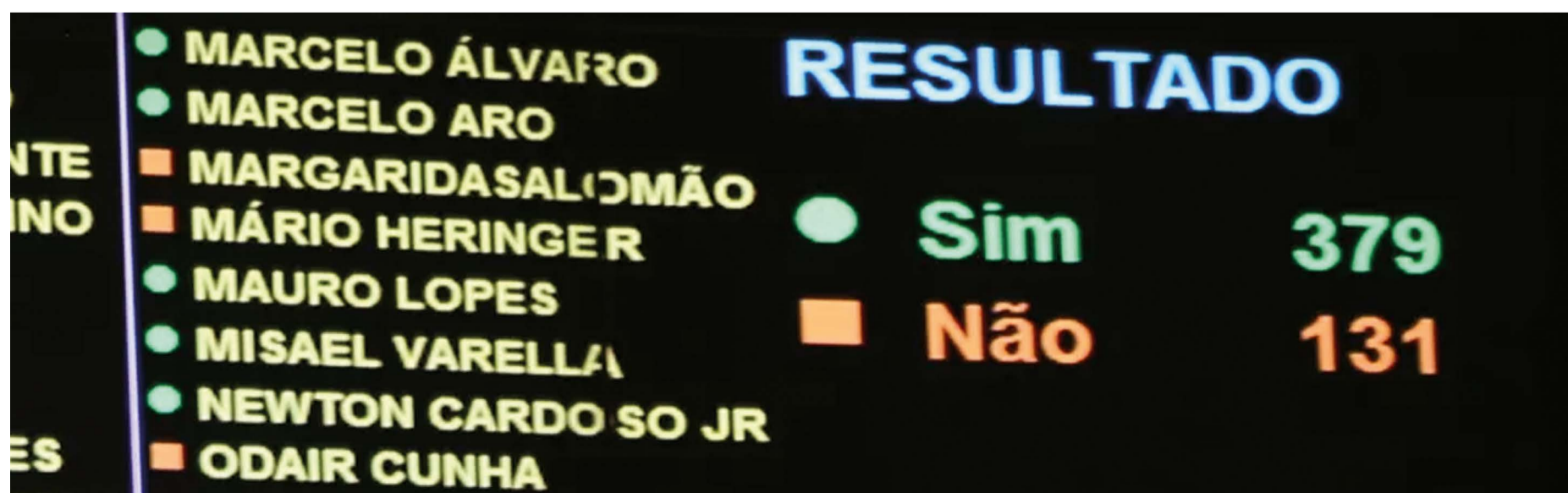
Tafner repetiu a asneira em artigo no InfoMoney em 23 de setembro, em artigo em que também admite sem perceber que multiplica as contribuições e as aposentadorias por valores diferentes (umas por 12, outras por 13). Já a Secretaria da Previdência chegou a citar o valor de 2% do PIB, um valor um pouco inferior ao de Nery. O subsecretário de Previdência, Leonardo Rolim, chegou a citar este valor na Audiência Pública no Senado em 20 de setembro.

O problema é que o próprio autor citado por Tafner & Nery para sustentar o argumento, Fábio Giambiagi, já escreveu depois do artigo citado que as estimativas do custo dos benefícios de risco variam do mínimo de 7% ao máximo de 10% do valor da aposentadoria. “Ligeiramente” menos do que os 125% sugeridos por Nery ou os cerca de 100% sugeridos por Rolim, e plenamente cobertos atuarialmente pelas contribuições

feitas pelos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição. O custo dos benefícios de risco não é coberto pela aposentadoria por idade mínima ou pela aposentadoria rural, mas é pela aposentadoria por tempo de contribuição, com ou sem regra 86/96 progressiva, como demonstrado em várias notas técnicas do CECON-UNICAMP.

Pior, Rolim não deve lembrar, mas na sua condição de consultor legislativo em 2016, ele respondeu a uma Solicitação de Informações em que procurou, em suas palavras, “estimar qual o custo médio do total de benefícios do RGPS gerado por um segurado hoje. Lembremos que o segurado ao longo da vida deverá gerar um benefício de aposentadoria, que poderá ser estendido para uma pensão, além de auxílios tais como auxílio-doença, auxílio-acidente, salário família e salário maternidade... Em média, os auxílios correspondem a 8,93% do gasto com aposentadorias e pensões.”

Ou seja, nem 7% nem 10%, muito menos 100% ou 125%. Simplesmente 8,93%, algo plenamente coberto hoje pelas aposentadorias por tempo de contribuição, que desaparecerão com a Nova Previdência. Em quem confiar? Não há dúvidas. É claro que devemos confiar nos técnicos especialistas em Previdência Social e não nos sofistas que defendem a Nova Previdência, ainda que às vezes sejam as mesmas pessoas. É uma tragédia que deputados federais e senadores, em sua maioria, pensem o contrário. Esperemos que seus eleitores não esqueçam isto.



Placar final da votação em primeiro turno da Reforma da Previdência (PEC6/2019) na Câmara dos Deputados, realizada em 10 de julho de 2019. Foram 379 votos favoráveis à aprovação, contra 131 votos contrários. A PEC06/2019 seguiu ao Senado, onde também foi aprovada pela maioria necessária.

# FUTURE-SE E O APORTE DE RECURSOS DE EMPRESAS

Publicado originalmente em: <https://diplomatie.org.br/future-se-e-o-aporte-de-recursos-de-empresas/>

**RENATO DAGNINO** - Professor do Instituto de Geociências (IG/Unicamp); **WAGNER ROMÃO** - Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp) e Presidente da ADunicamp; **ROGÉRIO BEZERRA** - Movimento Pela Ciência e Tecnologia Pública.

Em 17 de julho, o Ministério da Educação lançou o que parece ser o núcleo da política cognitiva (de educação e de ciência, tecnologia e inovação) da gestão de Jair Bolsonaro: o programa Future-se. Este texto procura complementar as várias manifestações que têm surgido desde então. Ele foca a sua intenção em equacionar o que considera o principal problema das instituições federais de ensino superior (IFES) – seu despropositado e insustentável custo para o Estado – mediante a captação de recursos das empresas para pesquisa e desenvolvimento (P&D). A intenção, como sabe quem analisa nossa política cognitiva, não é nova. O que é novo é o contexto em que ela reaparece, marcado pela radical “oessização” (OS) das universidades públicas, que vem sendo há muito concebida. Nosso objetivo é avaliar a probabilidade de ocorrência do círculo virtuoso, que o programa idealiza, mediante a análise dos trechos (entre aspas) apresentados no Future-se.

A proposta do governo é que as IFES diminuam seu custo mediante a “captação de recursos próprios” que adviriam de uma “maior interação com o setor empresarial para atividades de inovação”. Essencial para isso seria a “criação de um ecossistema de inovação pujante nas IFES, possibilitando que trabalhem com maior foco em inovação e em parceria com empresas”. O que seria alcançado com um maior “estímulo à atividade de inovação com a instalação de centros de pesquisa e inovação e de parques tecnológicos” de modo a gerar na interface com a sociedade um “ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups”.

Fechando o círculo virtuoso que resolveria o problema, se estabeleceriam “parcerias” com as empresas

proporcionando às IFES “alavancagem de recursos privados para inovação por meio de projetos de P&D”. Para analisar a viabilidade desse círculo virtuoso, é necessário começar pela sua cena final que retrata as empresas localizadas no Brasil como interessadas em financiar “projetos de P&D” nas IFES. E o recurso a elas endereçado como capaz de reduzir significativamente seu custo.

Vamos iniciar indicando que, a julgar pela evidência empírica disponível e ao contrário do suposto pelo programa, a importância do resultado cognitivo imediato (“intangível” ou “desincorporado”) da pesquisa universitária para a empresa é, em todo o mundo, muito pequena.

Fundamenta essa afirmação a realidade observada nos EUA. Uma boa maneira de avaliar essa importância, a parcela do dispêndio em P&D das empresas que é alocada em projetos em parceria com universidades e institutos de pesquisa, é fornecida pela National Science Foundation. Segundo ela, essa parcela é de apenas 1%.

Casualmente, de acordo com a mesma fonte, o quanto custa (ou se gasta) com o ensino superior naquele país é aproximadamente igual ao dispêndio das empresas em P&D: apenas 1% do que as universidades precisam para se manter, aquilo que elas arrecadam com contratos de pesquisa com as empresas. Claro que há exceções, a mais notável é do Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde o valor desses contratos alcança mais de 15% do seu custo.

A realidade brasileira é muito parecida com a dos Estados Unidos no que se refere ao escasso interesse de empresas em realizar parcerias para P&D com universidades. Segundo a PINTEC-IBGE, no período 2006 a

2008, em que as empresas aumentavam sua produção e lucro, e o salário aumentava e explodia o recurso disponibilizado para a inovação empresarial, apenas 7% das empresas inovadoras contataram universidades e institutos de pesquisa em busca de resultados de pesquisas. E, destas, 70% consideravam essa relação de baixa importância para sua estratégia de inovação.

Até aqui vão as semelhanças: a importância dos contratos de pesquisa com a empresa para o financiamento da nossa universidade é, seguramente, muito menor do que nos EUA.

Ao contrário do que ingenuamente dizem há anos os que elaboram nossa política cognitiva, não é por não ter a “função P&D internalizada” que as empresas recorreriam à universidade para se beneficiar do resultado desincorporado da pesquisa ali realizada. Há muita coisa escrita por analistas dessa política que invalida essa ideia do senso comum mal informado.

Mas, para quem prefere evidências à “teoria”, cabe examinar o que ocorre numa das nossas universidades que mais recebe recursos por essa via. Na Unicamp, estimamos a participação dos recursos para pesquisa proveniente das empresas no seu orçamento em menos de 1,5%: dez vezes menos do que capta o MIT que lá “compete” com muitos outros “pesos pesados”. Fica aos que conceberam o programa, uma vez que o número correspondente à Unicamp (1,5%) mal ultrapassa o valor médio (1%) estimado para os EUA, divulgar os centésimos dez por cento que corresponde ao nosso país.

O mostrado até aqui é suficiente para evidenciar empiricamente a escassa viabilidade daquele círculo virtuoso. Em primeiro lugar porque, ainda que as empresas brasileiras (nacio-

nais, estatais e multinacionais) baseassem sua estratégia de inovação em P&D, seria muito pouco o recurso que alocariam para parcerias com as universidades. E, em segundo, mesmo que isso ocorresse, a redução do custo das IFES para o Estado seria desprezível.

Mas, como qualquer política pública, é provável que o programa procure induzir um comportamento virtuoso junto aos atores envolvidos. E é por isso que afirma que um “ecossistema de inovação pujante nas IFES” seria capaz de gerar um “ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups”. De novo uma comparação com os EUA ajuda a avaliar a probabilidade de que isso venha a ocorrer.

O que se indicou acima não significa que nos Estados Unidos o resultado da pesquisa universitária não seja essencial para a inovação. Um indicador dessa importância provém também da National Science Foundation. Mais de 50% dos mestres e doutores lá formados em “ciências duras” (Engenharia, Física, Biologia etc.), por serem imprescindíveis para o lucro e a competitividade das empresas, são por elas contratados para realizar P&D. De fato, o que nos países avançados é importante para as empresas é o conhecimento incorporado nos alunos que na universidade aprenderam a pesquisar. No Brasil, a situação é absolutamente distinta. O conhecimento resultante da pesquisa universitária que é incorporado no pessoal formado é muito pouco relevante para as empresas. De acordo com a CAPES, no período de 2006 a 2008, formamos aqui 90 mil mestres e doutores em “ciências duras”. O que então ocorria sugeria que, se as coisas funcionassem aqui como rezam os manuais da Economia da Inovação em que se baseiam os fazedores da política cognitiva, isso deveria induzir as empresas a inovar realizando P&D. E, se fosse legítima a comparação com países como os EUA, 45 mil seriam contratados para realizar P&D em empresas. Mas aqui as coisas são diferentes: desses 90 mil profissionais, que, como no exterior, são muito bem formados mediante a pesquisa uni-

versitária para realizar a P&D empresarial, apenas 68, segundo a PINTEC-IBGE, foram contratados pelas empresas para trabalhar com P&D. Embora isso já evidencie a escassa probabilidade da criação daquele “ambiente de negócios favorável” de que fala o programa, cabe avançar indicando que o mesmo vale no que diz respeito à probabilidade de que ele induza uma mudança no comportamento dos atores.

Há fatores estruturais, a todo momento reforçados pelo mercado, que muito dificilmente, num país capitalista (ainda que submetido a um rígido planejamento central), poderão ser alterados mediante a ação do Estado.

Essa afirmação ganha força se considerarmos a nossa ancestral dependência cultural e o estilo eurocêntrico (e, depois da segunda guerra, norte-americano) de organização social que adotamos. Essa nossa “condição periférica” faz com que praticamente tudo o que se fabrica aqui no “Sul”, na periferia do capitalismo, já tenha sido antes produzido no “Norte”. As exceções bem conhecidas confirmam a regra: as empresas “brasileiras”, por serem dotadas de perfeita racionalidade econômica, não realizem P&D. Elas preferem inovar, sobretudo a partir do abandono da industrialização via substituição de importações, via aquisição de tecnologia já desenvolvida. Em especial, a incorporada em máquinas e equipamentos, como revelam 80% das inovadoras pesquisadas pela PINTEC-IBGE.

Novamente, para avaliar a probabilidade de sucesso do Programa, nos parece conveniente um “parêntese histórico”...

Nossa elite científica vem declarando há mais de seis décadas que, através da política cognitiva que ela prioriza, é possível induzir os empresários “atrasados” a fazer (e gastar mais em) P&D. Afinal, segundo ela idealiza, essa é a forma como eles devem atuar para ter mais lucro e se tornar competitivos. Para isso ocorrer, eles consideraram que era necessário, por um lado, formar profissionais capazes de realizar P&D. E, por outro, “acostumar” a empresa a interagir com a universidade.

A primeira condição vem sendo alcançada. Contrastando flagrante-

mente com o resto do nosso sistema educacional, a pós-graduação e a pesquisa universitária brasileira, quando avaliada pelos critérios que usam os países avançados, estão entre as melhores do mundo. O que faculta à nossa liderança científica uma alegada sensação de dever cumprido, e faz com que se sinta autorizada a reivindicar a prerrogativa de receber recursos para continuar “fazendo a sua parte”.

Mas, uma parcela crescente da nossa comunidade de pesquisa (e até dessa liderança) reconhece que é irrealista esperar que a segunda condição, que permitiria que o resultado do seu trabalho fosse aproveitado pelas empresas para se tornarem inovadoras e competitivas e que terminasse beneficiando o povo que paga seu salário, se verifique. Ela já percebeu também que o considerável, longo e reiterado esforço do Estado, de mediante “incubadoras” de empresas e outros arranjos, aclimatar professores e alunos “empreendedores” ao mercado, tem sido em vão; ou muito diminuto face ao tamanho do problema que seus líderes dizem poder equacionar. E que, por isso, a prerrogativa auto atribuída daquela elite não pode ser considerada um direito a ser assegurado por um programa que reedita antigas crenças do neoliberalismo local.

Mais além do que isso: a comunidade universitária está sinalizando a escassa viabilidade de que o Programa possa vir a induzir uma mudança no comportamento dos atores envolvidos; ainda mais num ciclo de prolongada retração econômica, quando os empresários ficam ainda mais arredios a qualquer investimento “inovador”, seja cognitivo ou, muito menos, real.

Para terminar, invocamos nossos filósofos mais autênticos. Como diria o Garrincha: para que o programa consiga a aproximação da universidade pública com o mercado, é preciso combinar com as empresas habilitadas para jogar esse jogo! Antecipando-nos ao que cobraria o Dadá Maravilha, prometemos que depois de analisar a problemática que evidencia seu provável fracasso, vamos mostrar a “solucionática”. Mas isso vai ter que ficar para outra vez...

...a julgar pela evidência empírica disponível e ao contrário do suposto pelo programa, a importância do resultado cognitivo imediato (“intangível” ou “desincorporado”) da pesquisa universitária para a empresa é, em todo o mundo, muito pequena. Fundamenta essa afirmação a realidade observada nos EUA. Uma boa maneira de avaliar essa importância, a parcela do dispêndio em P&D das empresas que é alocada em projetos em parceria com universidades e institutos de pesquisa, é fornecida pela National Science Foundation. Segundo ela, essa parcela é de apenas 1%.

# SOBRE CIÊNCIA E DEPENDÊNCIA

**J. M. MARTÍNEZ** - Professor do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência Computacional (IMECC/Unicamp); **R. DAHAB** - Professor do Instituto de Computação (IC/Unicamp); e **C. N. CAMPOS** - Professora do Instituto de Computação (IC/Unicamp).

O modo de produção científica em Exatas, Engenharias e Biológicas consolidou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, por meio da publicação de artigos (papers) em revistas internacionais, com admissibilidade regulada pela avaliação de outros cientistas (os pares) e supervisionada por corpos editoriais. Variações, como a publicação em anais de congressos, também são populares em algumas áreas, assim como a veiculação de pesquisas em livros e teses de doutorado. Entretanto, resultados novos aparecem em livros com frequência muito menor do que em papers, em parte porque são especializados demais e destinados a um público muito restrito para chegarem a despertar os interesses comerciais das editoras, e resultados de teses somente são difundidos quando publicados em revistas com boa reputação.

Durante várias décadas, as revistas científicas estiveram ligadas a editoras comerciais, salvo aquelas vinculadas a associações e a universidades. O custo associado à produção (em papel) das revistas representava uma limitação natural para a publicação massiva de artigos, razão pela qual a seletividade parecia ter uma motivação econômica primordial. Entretanto, o advento e, até certo ponto, proliferação de revistas eletrônicas nos últimos anos não parece ter alterado o modo de produção. Apesar de a publicação eletrônica ter baixo custo e o número de papers publicados ter crescido muito, fundamentalmente, o sistema de avaliação por pares e editores continua o mesmo. A razão para esta persistência é que o sistema é realmente eficiente. O que queremos dizer com eficiente, neste contexto, demanda uma explicação e ponderação mais elaboradas.

Eficiente para quê? Em primeiro lugar, para os objetivos explícitos aos quais essa produção se destina. Os papers são uma boa forma de divulgação de resultados positivos. Embora aqui haja espaço para uma argumentação mais longa, no geral, a

profundidade das publicações está frequentemente correlacionada com sua relevância e as revistas que publicam bons papers ganham reputação entre os cientistas.

Por outro lado, os cientistas são profissionais contratados em instituições públicas ou privadas, sujeitos a avaliações e promoções. A quantidade de papers que publicam, associada à reputação das revistas nos quais são publicados, assim como as chamadas “citações” e os índices que todos os anos são inventados para quantificar o valor de uma pesquisa, fornecem procedimentos rápidos e objetivos (nem sempre justos) para as decisões que são tomadas em relação a estes profissionais. Não é verdade, como algumas lendas denunciam, que as comissões avaliadoras das agências de pesquisa limitam-se a cálculos aritméticos. Procura-se, em geral, contemplar a qualidade, profundidade e relevância dos papers, mas estas características raramente são mensuradas mediante a leitura minuciosa dos textos em si.

Procedimentos mais rápidos acabam sendo indispensáveis. Considerações similares aplicam-se aos pedidos de financiamento para projetos de pesquisa, com a inclusão de certos critérios burocráticos, muitas vezes limitados, como forma de resolver empates. Embora os métodos vigentes forneçam mecanismos muito criticáveis de avaliação, eles persistem porque não se conhecem procedimentos que combinem eficiência com viabilidade prática.

O modo de produção científica baseado em papers foi duramente criticado nos anos 1970 por Oscar Varsavsky em seu livro *Ciência, Política e Cientificismo*. Algumas das falhas mais evidentes do sistema estão enumeradas a seguir.

1. Preconceito na avaliação pelos pares. Embora a avaliação de um paper devesse ser restrita ao seu conteúdo, nem sempre é o que ocorre e a autoria acaba também tendo peso no resultado.

2. Tendência à superficialidade. Trabalhos profundos podem precisar de longos períodos sem resultados visíveis. Em contrapartida, variações sobre um tema já conhecido tendem a ter boa aceitação.

3. Zonas de conforto. É mais fácil crescer e ser publicado na área que se conhece bem, na qual resultados de caráter similar já foram publicados.

4. Modas. Acompanhar a tendência em que se registram mais publicações no tempo presente, sem análise crítica sobre a possível relevância ou permanência da moda do momento. Subserviência acrítica em relação a opiniões de colegas de centros mais desenvolvidos.

5. A desvantagem da interdisciplinaridade. Publicações interdisciplinares podem ser desestimuladas por diferentes motivos: dificuldade em encontrar avaliadores, desconfiança das áreas específicas, dificuldades em conciliar a linguagem de diferentes áreas ou em assimilar a linguagem da área dos outros. (Embora mais aceitas e até incentivadas na atualidade, na prática ainda enfrentam as dificuldades citadas.)

6. Desvantagem em abordar problemas de interesse nacional ou local em função do possível desinteresse das revistas mais prestigiosas. O financiamento para o desenvolvimento da ciência é ditado pelo interesse dos grandes centros e, dessa forma, direciona os rumos da pesquisa.

7. Predominância de resultados “positivos”. O cientista vê-se compelido a encontrar algum resultado “positivo” na sua pesquisa porque resultados negativos não se publicam.

Em função destas falhas, Varsavsky propôs um programa “voluntarista”, bem afinado com os ânimos contestatários existentes em sua época. Basicamente, sugeriu que os cientistas com preocupação social ou nacional abandonassem o modo vigente de produção científica e se engajassem em projetos independentes, visando à modelagem e construção de uma

A conexão de nossa ciência com a indústria é ainda insuficiente, mas está longe de ser insignificante. Ao mesmo tempo, é falsa a opinião “viralatista” de que no Brasil publica-se muito, mas com pouco impacto.

sociedade menos injusta. Infelizmente, o abandono do sistema tradicional carrega consigo não apenas o sacrifício acadêmico individual, mas também a perda da comunicação com os demais cientistas. Com efeito, esta comunicação acontece tanto pela leitura dos papers dos outros como pelo contato mais ou menos informal com os outros cientistas. Nestes momentos, têm-se a oportunidade não somente de conhecer os resultados positivos, mas também os negativos. Para isso servem as comunicações em congressos, os comentários em palestras, as visitas e até as conversas em almoços, jantares e horários de café. Resumindo: o isolacionismo em relação ao modo de produção vigente não é funcional para a multiplicação do conhecimento. Prosseguindo com uma análise dos pontos levantados por Varshavsky, ponderamos por que se publica nas áreas em que se publica e não em outras áreas. Por um lado, a produção científica tem uma dinâmica própria. Os cientistas formam uma rede na qual motivações se transmitem, alguns resultados sugerem a procura por outros resultados, os entusiasmos ou decepções socializam-se com facilidade. Áreas muito distantes de aplicações imediatas realimentam-se pela dinâmica interna da ciência em que estão inseridas. Por outro lado, existem países onde a produção de bens e serviços está mais integrada com a atividade científica. Nesses países, em geral do chamado Primeiro Mundo, existem empresas e fundações, públicas e privadas, que privilegiam os ramos da ciência mais conectados com seus interesses sociais e econômicos. Assim, financiam generosamente esses ramos e também a ciência básica que, provavelmente, sustenta as aplicações mais imediatas e mediatas.

Não existe nenhuma conspiração internacional que obrigue os países mais “desconectados” a trabalhar nos mesmos problemas e, indiretamente, contribuir com o desenvolvimento dos mais conectados. A própria rede cien-

tífica e tecnológica encarrega-se disso com naturalidade. Tampouco, como dissemos acima, fazem sentido atitudes de negação voluntarista. Partindo de uma posição inevitavelmente dependente, os cientistas dos países não plenamente desenvolvidos devem, isso sim, desenvolver uma atitude crítica e reflexiva em relação aos condicionantes de sua atividade. O conhecimento e a discussão dos limites reais ou imaginários devem ampliar o escopo da liberdade real para o desenvolvimento de ciência independente e orientada para as necessidades nacionais e sociais.

Cabe assinalar, em todo caso, a situação intermediária em que o Brasil encontra-se no contexto mundial de desenvolvimento científico nas áreas exatas e tecnológicas. Embora claramente dependente em muitos aspectos, o país conta com ciência suficientemente desenvolvida para ensaiar rumos originais e relevantes em diversas áreas.

A conexão de nossa ciência com a indústria é ainda insuficiente, mas está longe de ser insignificante. Ao mesmo tempo, é falsa a opinião “viralatista” de que no Brasil publica-se muito, mas com pouco impacto. De fato, analisando porcentagens similares de publicações com maior impacto do Brasil e dos países mais desenvolvidos, os números parecem indicar que possuem repercussão análoga.

O século XXI avança enfatizando dificuldades e desafios que ameaçam o planeta e a nossa sobrevivência como espécie. Os principais problemas foram detectados em diferentes momentos da história mais ou menos recente. Na década de 1970, o Clube de Roma, entidade vinculada à ONU, produziu o documento *The Limits of Growth* que, baseado em um modelo matemático, prognosticava o colapso ambiental generalizado que só poderia ser evitado com a interrupção do crescimento econômico do Terceiro Mundo.

Como resposta, no Modelo Mundial Latinoamericano (MML), iniciativa coordenada pelo Professor Amílcar Herrera, depois

fundador do Instituto de Geociências da Unicamp, mostrava-se que evitar o colapso estava nas mãos dos governos e que as medidas adequadas passavam, não pela interrupção do crescimento, mas pela alocação de recursos visando à satisfação das necessidades básicas e à maximização da esperança de vida; isto, certamente, demandaria uma expressiva cooperação mundial. (Ver o livro *Catastrophe or New Society?*, de A. O. Herrera e outros, publicado em várias línguas.)

O MML foi um notável exemplo de colaboração interdisciplinar, em que participaram matemáticos, engenheiros, cientistas da computação, biólogos, geólogos, economistas e cientistas sociais. Do ponto de vista acadêmico, foram usados os melhores recursos científicos disponíveis na época, descartando qualquer tipo de isolacionismo. Lamentavelmente, suas recomendações não foram acatadas pela comunidade internacional; o consenso neoliberal emergente na época preconizava a solução de todos os problemas pela manipulação da taxa nominal de juros interbancária – ponto de vista predominante até o presente, pois as teorias monetárias mainstream são surpreendentemente resistentes à realidade dos fatos.

As primeiras décadas do presente século abrigam teorias matemáticas inquestionavelmente profundas e abrangentes para monitorar os riscos financeiros, mas incluem poucos avanços no sentido da desprestigiada planificação global.

Considerando este contexto, a pergunta que surge é: existe espaço na universidade latino-americana para o desenvolvimento de grupos genuinamente interdisciplinares e sólidos do ponto de vista científico que sejam orientados para a solução dos problemas globais, sociais e nacionais, da região e do mundo? Sobretudo, existe espaço para a integração criativa entre ciências exatas e ciências humanas?

Não estaríamos escrevendo este artigo se não acreditássemos que a resposta fosse positiva. Na Unicamp, temos o Grupo de Pesqui-

sa e Ação em Conflitos, Riscos e Impactos Associados a Barragens (CRIAB), constituído em 2019, abrangendo desde advogados até matemáticos, passando por educadores, sociólogos, biólogos, médicos, engenheiros e geólogos. Acreditamos que outros grupos, com alcance parecido, existam ou estejam sendo formados em várias instituições do Brasil.

No livro *Creating a Learning Society* (2014), J. E. Stiglitz e B. C. Greenwald reconhecem no aprendizado das sociedades a principal causa que promove seu progresso material e bem-estar. Estabelecem, ao mesmo tempo, os meios que impulsionam este aprendizado, bem como os mecanismos que o retardam ou inibem. Os sistemas educacionais cumprem, obviamente, um papel essencial, mas não menos importante é o planejamento da indústria em setores estratégicos. Assim como no MML, as decisões das sociedades envolviam a alocação de recursos em diferentes setores da economia, basicamente capital e trabalho, Stiglitz e Greenwald reconhecem os “coeficientes de aprendizagem” como variáveis endógenas que admitem planificação. Além disso, ao mesmo tempo, descrevem mecanismos práticos que induzem o crescimento desses coeficientes, elevando o progresso das sociedades em termos de bem-estar social, o que é amplamente corroborado por dados empíricos.

Em certo sentido, os teóricos da “sociedade da aprendizagem” indicam o rumo que deveria seguir uma possível revisão do MML, modelo que provavelmente não conhecem. Trata-se de ampliar o escopo de possíveis decisões, desde a alocação de recursos materiais até a escolha de políticas e organizações com influência nos fatores de conhecimento, tecnologia e aprendizagem.

É uma tarefa nobre, dentre muitas outras que, acreditamos, podem ser levadas adiante mesmo em presença de contextos políticos e econômicos desfavoráveis. (Tais contextos, desnecessário dizer, não duram para sempre).

# NÃO À DESUMANIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

ELEONORA ALBANO<sup>1</sup> - Professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp)

*Esse sistema estimulou a educação superior de massa por cerca de quatro décadas. Tinha a função de alimentar uma variedade de postos de trabalho especializados, até que o todo-poderoso mercado financeiro começou a chamar para si serviços que antes eram da responsabilidade do estado. Não é surpresa que o financiamento da educação superior estivesse entre eles.*

Parece contraditório – e remoto – que as ciências humanas possam se desumanizar. Trata-se, de fato, de uma contradição. Mas, se as contradições são próprias da natureza humana, o que causa espécie nesta é estar se tornando cada vez menos remota, apesar de representar uma grave ameaça a valores humanos universais.

Na prática, a desumanização de profissionais das ciências humanas já vem ocorrendo em escala crescente, sob inúmeros disfarces, no Brasil e no mundo. Portanto, é necessário e urgente discutirmos a natureza e as origens dessa tendência, que entrou em franca ascensão com o advento do capitalismo neoliberal.

## AS CIÊNCIAS HUMANAS NOS PAÍSES HEGEMÔNICOS

Tendo em vista que este Boletim aborda outros impactos do neoliberalismo sobre as nossas vidas, convém começar pelo exame do problema no bloco geopolítico mais influente entre nós: Estados Unidos e Europa Ocidental.

Nenhum país rico, a começar pelos Estados Unidos, deixa de admitir que as ciências humanas são o motor da inovação em todas as áreas do conhecimento, inclusive as “duras”. Ou seja, a elite mundial sabe perfeitamente que o rigor filosófico fomenta novos conceitos que tendem a afetar todas as áreas, das humanas às exatas às naturais. Um exemplo clássico é a concepção cartesiana de método, cuja influência perdura até hoje em muitos campos.

Não é surpresa, pois, que as universidades que estão no topo dos ranqueamentos mundiais prestigiosos, tais como Oxford, Cambridge, Harvard e MIT, contratem intelectuais evadidos de outros países. Os seus dirigentes sabem perfeitamente que a pluralidade de ideias favorece a criatividade – artística, humanística, e científica. Trata-se, em geral, de instituições que têm uma considerável história de ensino e pesquisa de cunho abrangente, mesmo que tenham nascido como institutos de tecnologia. Note-se, a propósito, que o MIT – *Massachusetts Institute of Technology* –, surgido como escola de engenharia em meados do século XIX, abriga há décadas um departamento denominado *Linguistics and Philosophy*, onde Noam Chomsky desenvolveu a sua notável carreira de cientista, pensador e ativista.

Não obstante, um sobrevoo pela educação superior nos EUA mostra que outra é a situação das universidades voltadas aos demais estratos da pirâmide socioeconômica<sup>2</sup>. Trata-se de instituições públicas e privadas que oferecem cursos profissionalizantes de curta ou longa duração (dois a quatro anos). São elas: as universidades estaduais, com campi em mais de uma cidade, e as faculdades técnicas e comunitárias (*technical and community colleges*), que servem a comunidades afastadas desses centros.

Muitas dessas instituições mais populares possuem programas de graduação e até de pós-graduação em ciências humanas. No entanto,

a não obrigatoriedade do engajamento dos seus docentes e discentes em atividades de pesquisa reduz drasticamente as suas chances de fomentar o pensamento crítico e cultivar a liberdade de cátedra com independência dos interesses do mercado.

Basta lembrar que, entre os profissionais treinados em “humanas” nessas escolas, há gerentes, publicitários, influenciadores digitais e até lobistas – ou seja, uma ampla gama de profissões que giram em torno das demandas diretas do mercado. Ainda que muitos programas ofereçam atividades tais como viagens de campo e intercâmbio internacional, o foco está na solução de problemas práticos, e não na construção de conhecimento.

Esse sistema estimulou a educação superior de massa por cerca de quatro décadas. Tinha a função de alimentar uma variedade de postos de trabalho especializados, até que o todo-poderoso mercado financeiro começou a chamar para si serviços que antes eram da responsabilidade do estado. Não é surpresa que o financiamento da educação superior estivesse entre eles.

A expansão desse modelo de universidade ocorreu no século XX, a partir de um núcleo nascido no século XVIII. Como mostrou Reginaldo de Moraes, no livro já referido em nota, o financiamento estatal cresceu depois da segunda guerra mundial, sob forma de bolsas de estudo e investimentos em infraestrutura. No entanto, nas últimas décadas, a pressão dos ban-

1 - Assessora de relações internacionais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unicamp, gestão 2013-2017.

2 - MORAES, R. C. *Educação superior nos Estados Unidos: história e estrutura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

cos sobre o estado levou esse aporte financeiro – muito maior que o das taxas escolares cobradas aos de maior renda – a retroceder e abrir espaço ao financiamento privado. O resultado é que a dívida e a inadimplência estudantis cresceram vertiginosamente.

Também o sistema tradicional de ensino superior, que abriga escolas de elite como as acima mencionadas, sofreu com a retração do financiamento público. A sua sobrevivência hoje deve-se a soluções múltiplas, que incluem aumento exponencial das anuidades, compartilhamento de infraestrutura de pesquisa com grandes empresas, e políticas agressivas de atração de estudantes internacionais. Nesse contexto, as ciências humanas são as mais afetadas. No que toca à pesquisa básica e/ou de interesse social, os investimentos privados estão longe de compensar a redução do financiamento público.

Assim como o sistema econômico que o insufinou, esse modelo estratificado não tem fronteiras. Está na base da reforma que extinguiu a gratuidade nas universidades inglesas e tem se reproduzido em muitos países europeus, mesmo os de forte tradição de educação pública, tais como a França e a Alemanha. Em que pese diferenças locais, a essência é a mesma em toda parte: financeirização das taxas escolares e vínculo obrigatório entre ensino e pesquisa reservado às escolas de elite.

Essa conjuntura gerou, ainda, um novo e poderoso ator: as empresas transnacionais de ensino, que incluem colégios e universidades. Elas oferecem aos alunos qualificações válidas no exterior, obtíveis em campi instalados nos seus próprios países. As principais mercadorias à venda são a preparação para o mercado de trabalho global e o multilinguismo, com conteúdo acadêmico ministrado em inglês e oferta de línguas consideradas estratégicas para certas atividades.

Nesse cenário globalizado, financeirizado, e conivente com a falta de regulação das tecnologias digitais, vem surgindo um novo tipo

de profissional de ciências humanas: o anotador de bases de dados. São graduados ou graduandos em áreas que produzem taxonomias úteis à segmentação e anotação de arquivos de som, texto e/ou imagem. Muitas delas são ciências humanas.

Tais arquivos pertencem a bases de dados gigantescas, utilizadas pela inteligência artificial para os mais variados fins. As suas proprietárias são as grandes corporações do universo digital: Apple, Microsoft, Facebook, Google, Amazon, etc., cuja atividade ainda não está sujeita a uma regulação eficaz e transparente. Basta lembrar as recentes quebras de privacidade de dados do Facebook e do WhatsApp.

O exposto deve ter bastado para nos permitir retomar a questão da desumanização.

Sabemos que a alienação desumaniza porque enfraquece a solidariedade, valor sem o qual não se podem cultivar ideais de liberdade e igualdade. Sabemos também, como nos ensinou Antonio Candido<sup>3</sup>, que o socialismo foi vitorioso em conter a força predatória do capitalismo. Ora, o que está em jogo agora é justamente o desejo do neoliberalismo de virar esse jogo, com o auxílio de um exército de cientistas humanos mal formados.

Não é preciso ser versado em qualquer ciência humana para aprender a lutar contra a alienação. Esse aprendizado está aberto a todos, e pode ocorrer nas ruas, nos sindicatos, nas associações de bairro, nos movimentos sociais, etc. É, todavia, profundamente preocupante que haja hoje tantos cientistas humanos indiferentes às causas sociais – seja por adesão a ideologias conservadoras, seja por imersão em atividades tecnocráticas que se apoiam na sua área de formação.

O exemplo lapidar desse último caso é o uso fraudulento das redes sociais pela empresa *Cambridge Analytica* em 2016. Foi essa a fonte dos insumos necessários à tecnologia que enviou os resultados das últimas eleições norte-ame-

ricanas – e também das eleições brasileiras de 2018.

Nesse episódio, os autores das ferramentas de manipulação de internautas vulneráveis eram cientistas da computação de extrema-direita, com formação e/ou assessoria em ciências humanas tais como linguística, psicologia, demografia, sociologia. Por outro lado, os autores dos tratamentos de dados envolvidos nessa manipulação eram especialistas em análise de conteúdo de texto, áudio ou vídeo – a maioria dos quais desconhecia o destino final das suas anotações. Sequer foi preciso que os mentores da fraude cuidassem de ocultar esse fim. O ordenamento neoliberal do trabalho obstruiu automaticamente a transparência ao instituir a terceirização. Por exemplo, alguns módulos das bases de dados envolvidas são encomendados a empresas terceirizadas, que contratam temporariamente especialistas para segmentar, anotar e organizar os dados.

O resto é obra da inteligência artificial, na medida em que a aprendizagem de máquina permite a reprodução do tratamento de uma base sólida em bases de maior porte. Além disso, é comum que empresas diferentes se ocupem de informações pertencentes a níveis diferentes da hierarquia de dados. Podemos discernir agora três graus ascendentes de risco de desumanização a rondar atualmente as ciências humanas: a formação utilitarista de uma parte majoritária dos estudantes; a precarização do trabalho especializado em empresas dedicadas à coleta e preparação de dados digitais; e o viés totalitarista dos dirigentes de algumas das empresas que contratam cientistas para fazer o processamento de alto nível dos dados anotados.

Lembremos agora que a educação superior pública brasileira esteve na contramão dessa tendência até 2016. Mesmo com o avanço do ensino superior privado, o financiamento estatal vinha crescendo significativamente, pelo menos no âmbito federal.

Além disso, as medidas inclusivas

Sabemos que a alienação desumaniza porque enfraquece a solidariedade, valor sem o qual não se podem cultivar ideais de liberdade e igualdade. Sabemos também, como nos ensinou Antonio Candido, que o socialismo foi vitorioso em conter a força predatória do capitalismo. Ora, o que está em jogo agora é justamente o desejo do neoliberalismo de virar esse jogo, com o auxílio de um exército de cientistas humanos mal formados.



adotadas pelas universidades federais estimularam uma diversidade inédita de convivência e, portanto, de pensamento. Isso ajudou a fomentar pesquisas úteis ao desenvolvimento sustentável do país, inspirando outras universidades, como, por exemplo, a Unicamp, a ampliar os seus programas de ação afirmativa.

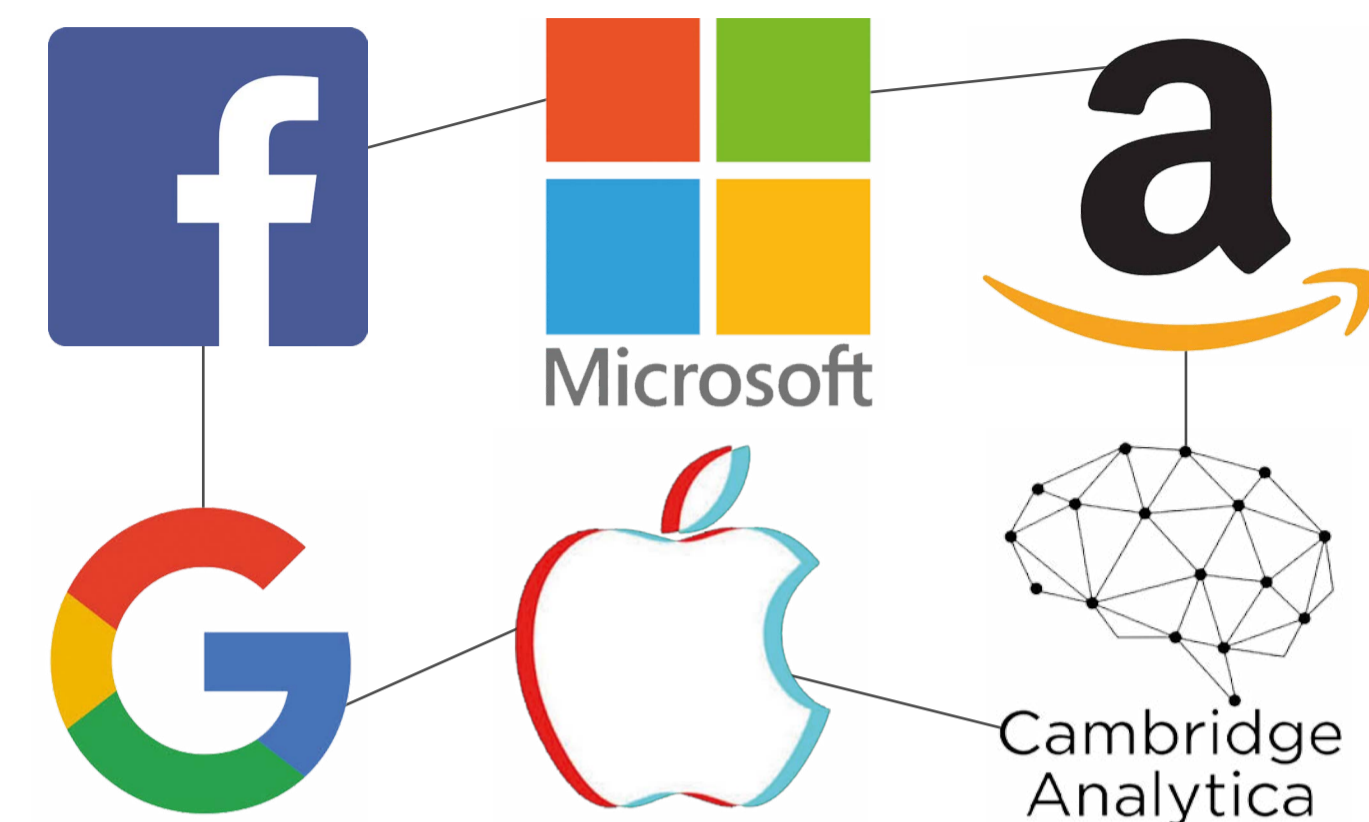
Essa situação era altamente desfavorável às pretensões do neoliberalismo. A razão é que acenava com um ambicioso projeto de soberania nacional, no qual jovens cientistas de todas as áreas – oriundos de todos os extratos sociais – teriam oportunidades crescentes de se engajar.

Vejamos agora como algumas outras peças do cenário da educação superior no mundo ajudam a explicar por que esse modelo de universidade desagradou à elite nacional de verniz iluminista, depositária dos interesses do imperialismo e responsável pelo golpe de estado que mudou a posição do Brasil na cena geopolítica.

## AS CIÊNCIAS HUMANAS E A GUERRA CONTRA O BRASIL

Como apontou o reitor João Carlos Salles<sup>4</sup>, na sua fala ao Congresso Nacional em 15 de outubro passado, nós, humanistas brasileiros, não fomos competentes em convencer a opinião pública da relevância do nosso trabalho. Se a mídia comprometida com o poder econômico nos boicota, poderíamos ter ocupado mais espaço na mídia independente. Mas não começamos a pensar nisso senão quando os sinais de perigo já eram evidentes.

Também não fomos competentes em convencer os governos progressistas da urgência de ir além da escola pública em prestar assistência social e educacional aos mais carentes. Por isso, tivemos que assistir, com assombro, à proliferação de igrejas evangélicas fundamentalistas que exploravam



o sentimento de impotência das famílias da periferia perante as ameaças de um entorno controlado pelo tráfico de drogas.

O crescimento exponencial dessas igrejas encorajou os seus fiéis a tentar assumir o controle de espaços públicos implicados na educação e na assistência social. Haja vista as recentes e agressivas disputas pela diretoria do Conselho Federal de Psicologia, assim como por lugares nos conselhos tutelares municipais. Não chega a surpreender que muitos desses fundamentalistas sejam formados em alguma ciência humana por faculdades privadas recém estabelecidas.

Por outro lado, fomos – e ainda somos, como apontou Érico Andrade<sup>5</sup> – extremamente competentes em resistir ao arbítrio e ao obscurantismo. E mais: somos uma presença bem mais constante na universidade pública que os nossos colegas dos demais países pertencentes ao bloco dos BRICS. Ora, é justamente a conjunção desses dois fatores que nos faz tão ameaçadores para os estrategistas da ocupação neoliberalista do Brasil e seus prepostos nacionais.

Eles sabem que a disposição dos

BRICS para investir no ensino superior público é bem maior que a do bloco euramericano, pela simples razão de serem todos países emergentes, cientes da importância da ciência e tecnologia para o seu desenvolvimento. Sabem também, por outro lado, que nem todos têm uma tradição consolidada de pesquisa em ciências humanas. Vejam-se, por exemplo, as duas grandes potências, Rússia e China. Ambas ainda estão se esforçando para superar o modelo soviético de ensino superior, focado na tecnologia e nas ciências “duras”. Com a transição para a economia mista, adotaram o modelo clássico da universidade abrangente, antes restrito às instituições mais antigas. Hoje algumas universidades novas já avançaram o bastante para figurar com destaque nos ranqueamentos internacionais, mas não para constituir centros de difusão de ideias humanistas.

Em contraste, o Brasil e os seus vizinhos sul-americanos são herdeiros da tradição ibérica de cultivo das artes, das letras e da filosofia – tradição cujo prestígio nesses ranqueamentos é relativamente baixo. É, todavia, nela que se assenta,

entre nós, o forte interesse pela história e as ciências sociais – ingrediente indispensável à compreensão do nosso passado colonial. Assim, a busca da abrangência nas nossas universidades ocorreu em sentido inverso, isto é, pela consolidação das demais ciências, bem como das tecnologias.

Isso quer dizer que a maioria dos cientistas humanos brasileiros – e também boa parte dos seus colegas das demais áreas – tem bagagem intelectual suficiente para apreciar a contribuição potencial do nosso país à reorganização prometida pelos BRICS ao futuro geopolítico.

Deve estar claro, agora, que a guerra aos cientistas humanos brasileiros é uma peça estratégica na guerra aos BRICS. As suas origens, certamente, estão fora das fronteiras do nosso país.

Então, não temos outra saída senão dedicar as nossas vidas à resistência, sob pena de vermos os nossos locais de trabalho invadidos, pouco a pouco, por pessoas que não reconhecemos como colegas. Afinal, quem de nós aceitaria conviver com cientistas humanos desumanos?

4 - In: [https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BAblicas-brasileiras/u/25215673?cs\\_tk=AgNyNTK3SW8eABnFsF0AAXicyyvNyQEABF8BvIWbqtFiS80VfkY1RqFSCik%3D&utm\\_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm\\_medium=email&utm\\_source=petition\\_update&utm\\_term=cs](https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BAblicas-brasileiras/u/25215673?cs_tk=AgNyNTK3SW8eABnFsF0AAXicyyvNyQEABF8BvIWbqtFiS80VfkY1RqFSCik%3D&utm_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm_medium=email&utm_source=petition_update&utm_term=cs)

5 - In: <https://diplomatie.org.br/o-preco-do-ressentimento-sobre-o-ataque-as-ciencias-humanas/>

# JUVENTUDE EM RISCO ANTE O CERCO CONSERVADOR À ESCOLA PÚBLICA

**NORA KRAWCZYK** - Professora da Faculdade de Educação (FE/Unicamp); **DIRCE ZAN** - Professora da Faculdade de Educação (FE/Unicamp).

*Nas escolas militarizadas... O aprendizado passa a ser substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. Exemplo disso está no uso obrigatório de uniforme militar, além da exigência do corte de cabelo para os meninos segundo o padrão militar e a obrigatoriedade de que as meninas mantenham seus cabelos presos. Para as meninas ainda é vetado o esmalte escuro, assim como acessórios muito chamativos.*

Não podemos entender o que está acontecendo no Brasil se não levarmos em conta que o país está governado por, como afirma o sociólogo espanhol Manuel Castells, um novo tipo de ditadura, que tem entre seus pilares sucessivos ataques à educação<sup>1</sup>.

Um movimento crescente de avanço do pensamento conservador está posto no mundo de diferentes formas. No caso brasileiro, ele toma maior proporção a partir do Golpe que ocorreu em 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores – PT) foi destituída, sem ter sido comprovado nenhum crime de sua parte. Desde então o País segue em um ritmo acelerado de desmonte de direitos e das políticas sociais anteriormente construídas e a ascensão de grupos evangélicos ao poder.

Mas, também não podemos entender o que está acontecendo no Brasil se não o contextualizamos num processo internacional de esvaziamento do poder político dos Estados Nacionais, transferindo o verdadeiro poder para grandes grupos econômicos, hegemônicos pelo capital financeiro e pelos organismos internacionais que os representam. Mas, também, por uma onda conservadora que vem se erguendo em diferentes partes do mundo, e pelo reconhecimen-

to do valor cultural da instituição escolar que tem levado as forças políticas conservadoras a lutar por maior controle da escola.

Nesta ocasião, vamos apresentar três formas de ataque à escola que estão em curso a algum tempo no Brasil: processo de militarização das escolas públicas; o Programa Escola sem Partido, e a legalização do homeschooling (ensino domiciliar).

## ESCOLAS CÍVICO MILITARES

As escolas militares no Brasil não são uma novidade, fazem parte de nossa história desde os anos de 1889. Nesse período, a intenção era a de garantir a continuidade de estudos para os filhos ou dependentes de oficiais da Polícia Militar (PM) que eram transferidos e necessitavam de maior flexibilidade para conseguir acompanhar o calendário escolar e estavam vinculadas às Forças Armadas. Atualmente elas são um total de 13 unidades. O ingresso nessas escolas se dá, desde então, por seleção entre os filhos de militares e o currículo é definido pelo Exército. Entretanto, temos presenciado um avanço dos militares na educação nacional através de ações recentes na assunção da gestão de escolas públicas brasileiras.

Sob o argumento da necessidade

de deter a violência nas escolas e melhorar os índices de rendimento, alguns estados e municípios buscaram diferentes formas de parceria com a PM. A experiência do estado de Goiás (GO) é a mais antiga e tem se consolidado desde 1998. Nesse modelo de escola, a gestão passa a ser realizada pela PM além de ter o corpo docente constituído por professores civis e policiais licenciados. De modo geral, são oferecidas, para a gestão dos militares, as escolas em regiões de grande vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Para se estudar nessas escolas, na maioria dos casos, o processo se dá por sorteio de vaga. Atualmente, existem 120 escolas em todo o território nacional sendo que 50% delas se encontram no estado de Goiás<sup>2</sup>. As demais estão distribuídas nos estados de Roraima, Pará, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Tocantins, Sergipe Piauí e no Distrito Federal<sup>3</sup>.

Nas escolas militarizadas, o cotidiano dos estudantes, conforme verificado em matéria publicada pelo Le Monde Diplomatique no Brasil em 2018, é profundamente alterado. O aprendizado passa a ser substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. Exemplo disso está no uso obrigatório de uniforme militar, além da exigência do corte de ca-

1 - Paula Ferreira: Entrevista a Manuel Castells “você estão vivendo um novo tipo de ditadura”, jornal on line O Globo, 17/07/2019. <https://oglobo.globo.com/sociedade/voces-estao-vivendo-um-novo-tipo-de-ditadura-diz-sociologo-manuel-castells-23812733>

2 - <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/escolas-militares-e-colegios-civis-com-mesmo-perfil-tem-desempenho-similar.shtml?loggedpaywall>; <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/escolas-militares-em-goias-modelo-colhe-bons-frutos/> (Acessados em 14 de setembro de 2019)

3 - Dados de 2018 obtidos através do site: <https://diplomatie.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas/>

belo para os meninos segundo o padrão militar e a obrigatoriedade de que as meninas mantenham seus cabelos presos. Para as meninas ainda é vetado o esmalte escuro, assim como acessórios muito chamativos. Mascar chiclete, falar palavrão ou se comunicar com gírias também são práticas banidas nessas escolas.

A partir da gestão realizada pela PM que se utiliza de regras próprias da disciplina militar, algumas dessas escolas passaram a apresentar bons índices na avaliação realizada em território nacional, como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Junto a isso, a aprovação de muitos de seus egressos nas instituições de ensino superior do país, tem contribuído para difundir certa credibilidade social a esse modelo.

Entretanto, é possível observar que diferentes instituições escolares que atuam de forma não militarizada, também obtêm resultados similares ou melhores que as escolas de gestão militar. Pesquisas como a de Seabra<sup>4</sup>, apontam que o desempenho escolar está fortemente relacionado às condições sociais e econômicas dos estudantes. Nesse caso, se compararmos o desempenho escolar de estudantes de perfil socioeconômico similar aos das escolas cívico-militares, encontramos um contingente grande de alunos com desempenho igual ou superior em outras instituições públicas de ensino. Um exemplo disso é o que ocorre nos Institutos Técnicos Federais. Essa rede de escolas públicas é mantida pelo governo federal e não possui nenhuma interferência da disciplina militar e tem sido recorrentemente atingido os melhores índices nas avaliações nacionais, como o caso

do ENEM, superando até mesmo instituições privadas de ensino.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército brasileiro, tem se ampliado o movimento do governo federal no sentido de fortalecer a presença dos militares nas escolas públicas brasileiras. Uma das primeiras iniciativas do presidente que aponta para sua intenção em fortalecer os princípios reacionários e a disciplina militar nas escolas brasileiras, se expressa na publicação de decreto de lei, logo após a sua posse em 2019, autorizando que policiais militares na ativa e bombeiros pudessem atuar na gestão de escolas cívico-militares e como tutores de estudantes. O presidente já declarou, através da imprensa, ter a intenção de ampliar a experiência do estado de GO para todo o Brasil até o ano de 2023.

Alguns professores têm se colocado contrários a essa iniciativa em seus estados. Demandam maior autonomia e o necessário tratamento social e pedagógico, e não militar, das questões relacionadas à indisciplina ou desempenho escolar dos estudantes.

Miguel Arroyo, professor Emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em entrevista recente à Carta Capital no dia 12/09/2019<sup>5</sup>, afirmou que o projeto de militarizar as escolas públicas de periferia em nosso país é um projeto que se articula a outras ações desse governo que visam criminalizar a pobreza. Podemos afirmar que temos hoje a confluência do conservadorismo e fundamentalismo numa guerra ideológica pelo protagonismo na formação do 'novo homem' brasileiro.

Junto ao processo de militarização das escolas, vivenciamos também

no Brasil um processo de ascensão de religiosos pentecostais na política nacional e na gestão de instituições centrais. "...Tornados uma espécie de fiel da balança no tabuleiro eleitoral nacional desde fins dos anos 1990, os pentecostais são hoje parte iniludível do cenário político brasileiro"<sup>6</sup>

Nos últimos três anos, o Brasil está vivenciando a crescente presença de uma "cultura evangélica" que dia a dia tem maior visibilidade em diferentes espaços públicos e privados. Através da aliança com o governo federal e da construção de um bloco evangélico no Congresso, ganha cada vez mais influência na política educacional do Brasil. Tenta impor-se como um elemento chave na construção de uma "nova cultura nacional", estabelecendo padrões de sociabilidade e morais básicos.

A ascensão de uma perspectiva pentecostal na educação, que ganha cada vez mais visibilidade na agenda pública nacional, é possível de ser identificada em diferentes espaços e formas de agir: no interior dos órgãos do Executivo, ocupando os espaços de poder como o Ministério de Educação e o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos e inclusive defendido pelo próprio presidente em exercício<sup>7</sup>; na constituição de um bloco de poder no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais e câmaras muni-

cipais, apresentando e defendendo projetos que limitam a autonomia escolar e censura a diversidade de opinião nas escolas; e mobilizando a sociedade civil através das igrejas fundamentalistas, de uma indústria cultural evangelista e do programa "Escola sem partido".

## ESCOLA SEM PARTIDO

O projeto de Lei denominado "Escola Sem Partido", pretende alterar o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, particularmente, no que diz respeito "às convicções dos estudantes e dos seus pais, ou responsáveis, tendo os valores da ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa vedada à transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas"<sup>8</sup>.

O movimento teve início em 2004, encabeçado pelo advogado Miguel Nagib, e logo ganhou espaço nas redes sociais com uma pauta em defesa de uma "escola pública neutra" e sem marcas ideológicas. A partir da difusão de um clima de terror entre os pais, seus idealizadores afirmavam que as escolas haviam se tornado um espaço de doutrinação ideológica e de afronta aos padrões morais da família brasileira. O movimento ganhou maior visibilidade a partir de 2014, quando apresentaram um projeto



4 - Teresa Seabra, "Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais", *Revista Sociologia: Problemas e Práticas*, [on line], n. 59, 2009, 75-106

5 - Ana Lúcia Basilio Miguel Arroyo: *escolas militarizadas criminalizam infâncias populares*. Entrevista, *carta Capital*, 12 de setembro de 2019. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>

6 - Joanildo Burity, "A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?". R, Toniol, e R, Almeida (org.): *Conservadorimos, Fascismos e Fundamentalismos - análises conjunturais* -. Campinas: Editora Unicamp, 2018, 15-66.

7 - Jair Bolsonaro

de lei junto à Câmara Federal. O projeto apresentado naquele momento propunha dar “precedência aos valores de ordem familiar sobre a Educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”, proibir ao Ministério da Educação (MEC) “distribuir livros às escolas públicas que versem sobre orientação à diversidade sexual de crianças e adolescentes” e “proibir a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas”<sup>9</sup>. Esse projeto inspirou outros 19 que foram apresentados nos estados e mais a propulsão de projetos similares que tramitavam ou tramitam nos municípios brasileiros.

O projeto da Câmara recebeu parecer técnico do Ministério Público Federal emitido em 2016 afirmando sua inconstitucionalidade e foi arquivado em dezembro de 2018. Mas outro projeto, muito similar, voltou a tramitar no Congresso assim que Jair Bolsonaro tomou posse: trata-se do Projeto de Lei (PL) 246/2019 que foi apresentado pela deputada Bia Kicis do Partido Social Liberal (PSL) - mesmo partido do presidente eleito - representante do estado Espírito Santo.

Este é um programa que realiza um ataque frontal à escola pública brasileira, sob o pretexto de proteção da família. Parte de uma primeira ideia de que a escola só deve ensinar, e quem educa é a família<sup>10</sup>. Sob o argumento de que a escola usurpou o direito dos pais sobre a educação moral de seus filhos e atacando o trabalho e identidade do professor enquanto educador e buscando desqualificá-lo, o denunciam como doutrinador. Os propositores deste programa buscam coibir a autonomia escolar, a liberdade de pensamento dos professores, a prioridade do conhecimento científico, multicultural e indisciplinatório, promovendo um “clima policalesco” nas escolas, via a delação dos professores pelos es-

tudantes. Frases do tipo “Nenhum estudante é obrigado a confiar no professor” podem ser encontradas no seu site<sup>11</sup>.

Denunciam a presença nas escolas do que denominam de “ideologia de gênero”, para se referir aos estudos que reconhecem que o gênero é uma construção social e que existe uma diversidade de identidades de gênero, que não se restringe à divisão sexual entre homem e mulher. As acusações vão ainda mais longe, incluindo a negação de fatos históricos, de conhecimento científico, de teorias sociais e de intelectuais reconhecidos internacionalmente.

Os defensores do projeto Escola sem Partido recorrem a estratégias discursivas fascistas. Não quer dizer que seja um movimento fascista, mas sim que o comportamento remete a ele. O movimento age de três formas: com grupos de pressão nos legislativos; criando um clima de medo nas escolas que está levando a um processo de “autocensura” dos professores e de relação de tensão entre professores e famílias; e com uma ofensiva aos livros destinados a crianças e adolescentes.

É importante destacar que o Programa busca tirar o poder não só da escola – o poder dos professores – na educação das novas gerações, mas também o poder do Estado sobre a escola pública. Os partidos de extrema direita e os movimentos fundamentalistas em diferentes países aproveitam essa conjuntura e se juntam no ataque à escola pública.

Entre as consequências temos a perda de um convívio democrático e do direito e respeito à diversidade, o sentimento de medo e perseguição dos professores. E, o que é mais grave ainda, é que tem dominado o debate educacional num contexto no qual existem inúmeras prioridades que não estão sendo postas em evidência – ou melhor,

que estão sendo ofuscadas por esse debate. Desvia-se a atenção das questões realmente educacionais, criminalizando o ensino.

## ENSINO DOMICILIAR

Também a defesa do homeschooling (ensino domiciliar) chega ao Brasil, como uma modalidade de ensino em que os pais ou tutores responsáveis assumem o papel do professor, retirando a centralidade do processo de ensino das escolas. Esse programa, como o anterior, é defendido sob o argumento de que é um direito dos pais escolherem a educação de seus filhos.

O movimento em defesa da educação domiciliar surgiu nos EUA, através de grupos religiosos norte-americanos e tem forte apoio econômico em grupos de extrema direita nesse país. Também no Brasil o ensino domiciliar tem um forte apoio de grupos de extrema direita, tal como o Movimento Brasil Livre (MBL), que também defende a Escola sem Partido.

A legalização do homeschooling é uma histórica agenda de grupos religiosos também no Brasil e sua regulamentação foi promessa de campanha do atual presidente. Ela é também uma das prioridades do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. Um projeto de Lei foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro poucos meses após assumir o governo e conta com o apoio de grupos conservadores e religiosos-fundamentalistas.

O projeto de lei altera o que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ainda que não tenha sua prática legalizada no Brasil, devido à falta de votação no Congresso Nacional, programas de TV, blogs, portais e revistas de grande circulação (principalmente para o

*Nas escolas militarizadas... O aprendizado passa a ser substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. Exemplo disso está no uso obrigatório de uniforme militar, além da exigência do corte de cabelo para os meninos segundo o padrão militar e a obrigatoriedade de que as meninas mantenham seus cabelos presos. Para as meninas ainda é vetado o esmalte escuro, assim como acessórios muito chamativos.*

8 - Dirce Zan e Débora Mazza, “Escola sem Partido? É possível?”. *Jornal da Unicamp, Campinas, 05 de dezembro de 2018.*

9 - Lais Semis: Entenda o “novo projeto do Escola Sem partido que tramita na Câmara. 18 de fevereiro de 2019. <https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara>

10 - Nora Krawczyk. “Introdução”, Nora Krawczyk (org): *Tempos difíceis mas não impossíveis. Campinas: FE/Unicamp e Editora Navegando, 2018, 11-15. <https://www.editoranavegando.com/livro-unicamp>*

11 - <http://www.escolasempartido.org>

público feminino) têm pautado o tema e defendido sua aprovação. Enquanto isso, a ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos tem se empenhado em promover o ensino domiciliar de diferentes maneiras. Além de afirmar constantemente o direito da família de educar seus filhos, orienta que os casos de ensino domiciliar não sejam considerados como abandono intelectual e que os conselhos tutelares<sup>12</sup> de todo o país para que deixem de registrar casos de *homeschooling* como abandono escolar, enquanto o Projeto estiver em tramitação.

Existem pressões dos setores que defendem sua legalização para que se destine recursos públicos, através de voucher (bônus), para as famílias que decidem pela educação domiciliar para seus filhos. Editoras já estão produzindo material de apoio para os pais e material didático para educação domiciliar e algumas escolas particulares de elites oferecem parte de sua grade curricular a distância<sup>13</sup>.

Os defensores da legalização do ensino domiciliar se apoiam no direito de as famílias escolherem a educação de seus filhos. A partir do questionamento ao “modelo escolar” e/ou ao “monopólio do Estado” na formação das crianças e jovens, defendem que a escola não é imprescindível para que seus filhos apreendam os conhecimentos por ela transmitidos. Além disso, o estudo em casa protegeria as crianças e jovens de ambientes escolares perigosos (bullying, drogas, sexualidade precoce) e garantiria melhores condições para conser-

var valores morais, culturais, ideológicos e religiosos das famílias. A proposta do estudo em casa também é sedutora por viabilizar a flexibilização do currículo, dos horários e a experimentação de outras formas de aprendizagem que se adaptem melhor ao desenvolvimento de cada um. O movimento de educação domiciliar, afirma Apple, “... reflete o crescimento da consciência privatizada em outras áreas da sociedade. Oferece uma “zona de segurança tanto física quanto ideológica”<sup>14</sup>. O ensino domiciliar além de promover o aprofundamento das desigualdades educacionais e comprometer a socialização dos estudantes, compromete o espaço cultural da escola pública na constituição de uma sociedade democrática. É importante destacar que os modelos de escola e/ou ensino até aqui analisados (Escolas Militarizadas, Escola sem Partido e Ensino Domiciliar) compartilham da ideia de retirar o poder da escola – o poder dos professores – na educação das novas gerações, mas também do intuito de restringir o poder do Estado sobre a escola pública e a educação das novas gerações. Os partidos de extrema direita e os movimentos fundamentalistas e setores da sociedade profundamente individualistas em diferentes países aproveitaram essa conjuntura e se juntam no ataque à escola pública.

A destruição dos espaços públicos e a apropriação da educação escolar por interesses particulares – ideológicos e econômicos – são dimensões do processo regressivo das conquistas sociais adquiridas

ao longo de décadas e que estamos vendo serem destruídas num abrir e fechar de olhos, produzindo

do nem mais nem menos que a precarização e a desagregação da sociedade brasileira.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- Ana Lúcia Basilio Miguel Arroyo: escolas militarizadas criminalizam infâncias populares. Entrevista, carta Capital, 12 de setembro de 2019.
- Dirce Zan, e Débora Mazza, “Escola sem Partido? É possível?”. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 05 de dezembro de 2018.
- Joanildo Burity, “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?”. R, Toniol, e R, Almeida (org.): *Conservadorimos, Fascismos e Fundamentalismos - análises conjunturais* -. Campinas: Editora Unicamp, 2018, 15-66.
- Lais Semis: Entenda o “novo projeto do Escola Sem partido que tramita na Câmara. 18 de fevereiro de 2019. Lei de diretrizes e Bases (LDB), Câmara de Deputados, Brasília, 2016
- Michael APPLE, *Educando à direita*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003,1-290.
- Nora Krawczyk, “Quando Tudo for Privado, Seremos Privados de Tudo”, M. Menzes., et ali (orgs.): *Direitos Humanos em Debate*. Porto Alegre: CIRKULA, 2019, 83-93.
- Nora Krawczyk. “Introdução”, Nora Krawczyk (org): *Tempos difíceis mas não impossíveis*. Campinas: FE/Unicamp e Editora Navegando, 2018,11-15. <https://www.editoranavegando.com/livro-unicamp>
- Paula Ferreira: Entrevista a Manuel Castells “você estão vivendo um novo tipo de ditadura”, *jornal O Globo* [on line], 17/07/2019.
- Teresa Seabra, “Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais”, *Revista Sociologia: Problemas e Práticas*, [on line], n. 59, 2009, 75-106

12 - Os conselhos tutelares são órgãos constituídos em todos os municípios brasileiros para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

13 - Nora Krawczyk, “Quando Tudo for Privado, Seremos Privados de Tudo”, M. Menzes., et ali (orgs.): *Direitos Humanos em Debate*. Porto Alegre: CIRKULA, 2019, 83-93.

14 - Michael APPLE, *Educando à direita*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003, p.217



# O CONTRIBUTO DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO E O CONTRAPONTO DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

DÉBORA MAZZA - Professora da Faculdade de Educação (FE/Unicamp);

Existe um conjunto de princípios que compõem nas obras de Paulo Freire (foto) e que, penso, merecem ser revisitados em tempos de Projeto Escola Sem Partido (PESP). Assim, minha intenção é apresentar literalmente o contributo de Paulo Freire expresso em três obras escritas (Educação e Atualidade Brasileira, Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Indignação), tendo em vista destacar alguns aspectos que, acredito, devem ser colocados comparativamente com o PESP.

Desde o primeiro texto sistemático de Paulo Freire (1959) aparece a pergunta:

- Por que não está vingando o espírito democrático na sociedade brasileira?

Esta inquietação é confrontada com o passado colonialista e patrimonialista, o extermínio dos povos nativos, a escravidão dos povos negros e, paradoxalmente, com a constatação de que a sociedade brasileira urbana industrial que se configura a partir de meados do século XX impunha, de modo crescente, a participação do povo brasileiro na vida pública do país. Daí a importância da educação na atualidade.

Para enfrentar tal desafio, Paulo dialoga com autores de diferentes espectros passando pelos pensadores cristãos (Alceu Amoroso Lima, Emmanuel Mounier, Georges Bernanos, Jacques Maritain), pelos isebianos<sup>1</sup> (Guerreiro

Ramos, Hélio Jaguaribe, Roland Corbusier, Álvaro Vieira Pinto) e pelos acadêmicos nacionais (Anísio Teixeira, Caio Prado Junior, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre) e pensadores internacionais (Albert Memmi, Friedrich Engels, Jean Paul Sartre, Karel Kosik, Karl Mannheim, Karl Marx) dentre outros. Deste conjunto desigual de orientações Paulo Freire foi construindo uma compreensão peculiar do humano como um ser de relações inacabadas, ontologicamente limitado, marcado pelas circunstâncias, que se constitui na e pela linguagem e, ao mesmo tempo, aberto para o mundo e capaz de transcender as determinações e intervir criadoramente nas condições concretas de existência. Paulo concebe o ser humano como um ser imerso no mundo da cultura composto por elementos materiais, finitos e limitados, e por elementos simbólicos infinitos e ilimitados. Desta forma, o processo educativo parece como amplificador de consciências e promotor de transcendências. Ele diz: *Cada vez mais [...] nos convencemos [...] de que o homem brasileiro tem de ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política [...] participando, atuando e ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola de seu filho [...] de seu sindicato, de sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhar ingerência na vida do bairro [...] de*

*sua comunidade rural, pela participação atuante [...]. Assim, [...] iria o homem brasileiro aprendendo a democracia mais rapidamente* (FREIRE, 1959, p. 13).

Na Pedagogia do Oprimido, Paulo (1987) reafirma seu compromisso com os grupos sociais engajados na construção da sociedade democrática e explicita sua concepção de educação e de escola vinculada aos movimentos sociais. E dedica sua obra

*Aos movimentos de rebelião, sobretudo de jovens, no mundo atual, que necessariamente revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade e preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do que e de como estão sendo, ao questionarem a civilização do consumo; ao denunciarem as burocracias de todos os matizes; ao exigirem a transformação das universidades, de que resultem, de um lado, o desaparecimento da rigidez nas relações professor-aluno; de outro, a inserção delas na realidade; ao proporem a transformação da realidade mesma para que as universidades possam renovar-se; ao rechaçarem velhas ordens e instituições estabelecidas, buscando a afirmação dos homens como sujeitos de decisão, todos esses movimentos refletem o sentido mais antropológico do que antropocêntrico de nossa época".* (FREIRE, 1987, p. 29).

1 - ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros – órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura- RJ, criado em 1955 e extinto em 1964. Tinha por objetivos o estudo e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias deveriam ser aplicados para a descrição, análise e compreensão da realidade brasileira, bem como auxiliar na promoção da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento nacional independente.

Ainda na Pedagogia do Oprimido, Paulo (1987) defende a relevância social do trabalho educativo e marca posição afirmando:

*A educação é uma ação política junto aos oprimidos e tem que ser, no fundo, uma ação para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles (p. 53). A libertação é uma libertação de pessoas e não de coisas. O educador e os educandos são sujeitos do processo do conhecimento. Os educandos não são vasilhas vazias para serem enchidas pelo educador (p. 58). A educação é uma relação dialética através da qual educador e educandos se descobrem e simultaneamente superam a contradição da relação educador – educandos (p. 59). Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo (p. 68). A educação problematizadora se faz com um esforço permanente através do qual a humanidade vai percebendo criticamente como está sendo no mundo (p. 72). A ação cultural para a libertação denuncia a realidade desumanizante e anuncia uma realidade em que a humanidade possa ser mais (p. 73). Existir é pronunciar o mundo e agir para modificá-lo. Dizer a palavra é trabalho, que é práxis, que é transformar o mundo. Dizer a palavra não é privilégio de alguns, mas direito de todos. (p. 78)*

*Não há “diálogo com” se não há um profundo amor ao mundo e às pessoas (p. 79). A educação favorece a percepção do inédito viável que supera as situações limites engendradas nas necessidades concretas (p. 111). A humanidade se constitui na práxis, no que fazer (p. 121). A ação cultural dialógica deve instaurar uma revolução cultural na sociedade de classes (p. 156)*

Para que este processo educativo aconteça de modo democrático, dialógico e permanente Paulo (1987) aponta **o lugar e o papel político pedagógico do professor educador** e nos diz:

A Pedagogia do Oprimido é aquela forjada com os homens e com os povos que lutam pela recuperação de sua humanidade (p. 32) [...] pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação das pessoas como seres para si (p. 30). A restauração da humanidade de todos os povos é um ato de amor à huma-

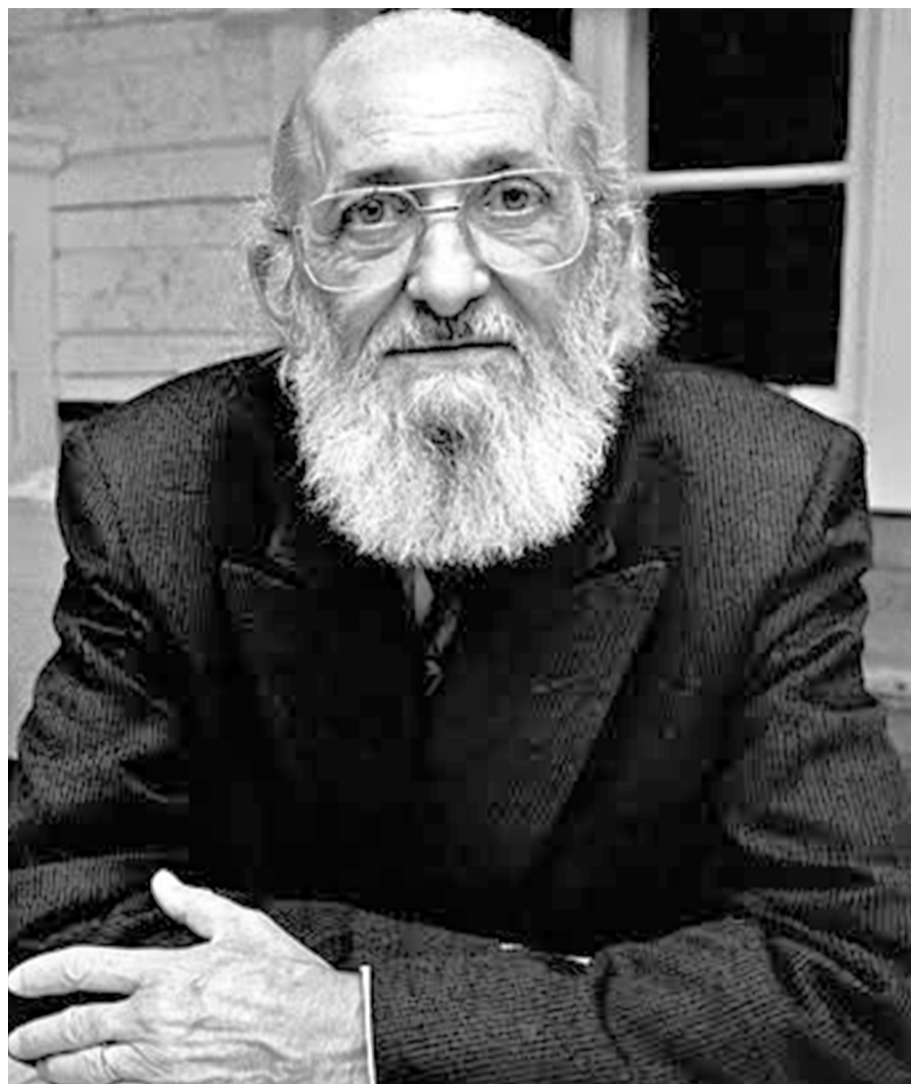
nidade (p. 32)

Será a convivência do educador com os oprimidos, sabendo-se também um deles – somente a um nível diferente de percepção da realidade- que poderá compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da dominação (p. 48).

A efetivação desta prática educativa dialógica orientada por um amor profundo às pessoas passa pela **defesa da esfera pública como bem comum e como possibilidade de construção de condições dignas para todos**. Em seu último escrito em vida, Paulo (2000) aponta:

*É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que chegam em sua geração. E não fundada(o)s em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões. O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto [...]. A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto [...] da lealdade de quem sonha a partir das condições históricas materiais, dos níveis de desenvolvimento tecnológico e científico, do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica avanços, recuos, marchas às vezes demoradas [...]. A transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos. [...] O movimento histórico revela marcas antigas que envolvem compreensões de realidade, interesses de grupos, de classes, preconceitos, gestação de ideologias que se perpetuam em contradição com aspectos de clamam por transformação. [...] Não há atualidade que não seja palco de confrontações entre forças que reagem ao avanço e forças que por ele se batem. É neste sentido que se acham contraditoriamente presentes em nossa atualidade fortes marcas do nosso passado colonial e escravocrata, obstaculizando avanços da modernidade. São marcas de um passado que, incapaz de perdurar por muito tempo, insiste em prolongar sua presença em prejuízo da mudança.*

*A luta ideológica, política, pedagógica*



*e ética se dá para quem se posiciona numa opção progressista. Se passa tanto em casa, nas relações entre pais, mães, filhos, filhas, quanto na escola ou nas relações de trabalho. O fundamental é testemunhar [...] o respeito à dignidade do outro, ao seu direito de ser (p. 55). Por maior que seja a força condicionante da economia sobre o nosso comportamento individual e social, não posso aceitar minha passividade perante ela. Se aceitamos que a economia [...] exerce sobre nós um poder irreconhecível não temos outro caminho senão renunciar nossa capacidade de pensar, conjecturar, escolher, decidir, projetar e sonhar [...] a política perde o sentido de luta pela concretização de sonhos diferentes. Esgota-se a eticidade de nossa presença no mundo em defesa do bem-estar da humanidade e da proteção da sociedade (p. 53-55.)*

#### ESCOLA SEM PARTIDO

Em contraponto a esta tradição democrática, amorosa, pública e inclusiva de educação, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que se tornou conhecido como Escola Sem Partido (PESP) e que aglutina os interesses de diferentes forças conservadoras da socieda-

de brasileira. A ideia do Projeto foi apresentada inicialmente, em 2003, pelo advogado Miguel Nassib – procurador do Estado de São Paulo em Brasília e ex-assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal. O PESP, depois de tramitar por várias instâncias e passar por reformulações e angariar adeptos, foi capitaneado pelo deputado federal Flávio Bolsonaro, e transformado em Projeto de Lei (BOLSONARO, PL 7180/2014).

O PESP solicita a alteração do Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/1996) que assegura que “O ensino será ministrado nos princípios de igualdade, liberdade, pluralidade, respeito e tolerância”, mas ele afronta igualmente os Artigos 205 e 206 da Constituição de 1988 e os Artigos: 1º. e 2º. da LDBEN 9394/1996 que garantem respectivamente:

*A educação abrange muitos processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, nas instituições de ensino, no trabalho, nas manifestações culturais. A educação é dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade (LDBEN 9394/1996)* Inspirado no Código de Defesa do Consumidor o Projeto propõe que: *às convicções dos estudantes e dos seus*

*pais, ou responsáveis – os valores da ordem familiar – tenham precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa vedada à transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (BOLSONARO, PL 7180/2014).*

O movimento se popularizou pelas redes sociais por meio de uma linguagem simples, valendo-se de polarizações no campo político que transbordam para o campo da educação. Miguel Nagib, idealizador e defensor do Projeto, em Audiência Pública no Senado Federal realizada em 01/09/2016 disse:

*O nosso projeto foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor. O Código intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação que é o estudante, aquele indivíduo vulnerável, que está se desenvolvendo (apud PENNA, 2017, p. 39).*

O PESP instala na sociedade brasileira uma concepção de **Educação e Escola sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor** pautado no poder de compra do indivíduo, no desejo de consumo, nas escolhas privadas, na primazia dos valores da família e na oferta da educação como bem e serviço.

Esta concepção privada e privatista de educação e escola desagua na **desqualificação do professor e do trabalho da escola pública** travestida de argumentos retirados da esfera moral conservadora. A retaliação midiática se consubstancia na crítica ao aparelhamento das associações, entidades e dos sindicatos, na acusação do exercício de manipulação do professor sobre o aluno, na responsabilização do currículo como mediação que promove a doutrinação religiosa, ideológica e de orientação de gênero contrárias aos valores da família, no estímulo à delação do comportamento do professor, na criação de um ambiente de desconfiança e denúncia do aluno e da família frente ao trabalho do professor, no cerceamento

da autonomia didática, metodológica e de conteúdo do trabalho do professor, na instauração de um mal estar nas relações entre família e escola pública.

No site do movimento encontramos mensagens intituladas “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” e tutoriais que exibem passo a passo “Como flagrar um doutrinador”, “Como delatar um professor marxista”, “Como filmar seu professor”. As mensagens subscvem os deveres do professor a partir de sua negatividade e não da potência de sua positividade. Elas prescrevem:

*O professor não deve se aproveitar da audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses [...] não favorecerá e nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas [...] não fará propaganda político partidária em sala de aula [...] não incitará os alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas (<https://www.programaescolasempartido.org/>)*

E, para finalizar, apontamos alguns **efeitos deletérios** do ESP e a inflexão que ele promove na relação Estado, educação e sociedade.

Embora o PESP adote como ponto de partida um argumento moral conservador ele deságua numa proposta de mudança da natureza da educação tirando-a do direito público e transformando-a em bem e serviço de mercado. Ao criticar a escola pública e o exercício profissional do professor enquanto um servidor do Estado democrático, o PESP defende a primazia do poder da família, a ampliação da esfera privada e a orientação dos pais nos aspectos ligados a educação moral, sexual e religiosa de seus filhos.

Para tanto, ganha destaque as estratégias discursivas de delação do professor, o ataque a escola pública como um espaço suspeito que promove encontros de cidadanias plurais. O Projeto fortalece a liberdade de escolha da escola pela família (choice school), a destinação dos recursos públicos para a iniciativa privada através dos bônus (vouchers), o cerceamento das crianças e dos jovens em espaços mais privados e controlados de educação doméstica (homeschooling), a valorização do notório saber por meio de critérios que não passam pela certificação profissional e nem pelo concurso público, a venda de materiais apostilados e kits pedagógi-

cos vinculados a interesses particulares de grupos políticos, religiosos e partidários e a defesa da ampliação e acreditação da educação à distância (EAD). É importante lembrar que a escola republicana foi pensada como um espaço de sociabilidades múltiplas, entre diferentes e desiguais, público, gratuito, laico, financiado pelo Estado, com qualidade coletivamente referenciada e mantido sob forte influência da racionalidade científica e secular, ancorado na profissionalização do professor e na ideia de educação como um bem comum e um direito de todos.

Em tempos de inflexão neoliberal

e neoconservadora, compreender as disputas no campo educacional através do exercício do pensamento contraditório e da prática do dissenso talvez nos ajude a resistir aos retrocessos no campo das políticas sociais e educacionais, bem como entender o sentido dos ataques midiáticos que Paulo Freire tem sofrido desde os movimentos de rua/2013 e que propõem o fim da doutrinação marxista, a queima de seus livros em praça pública e a retirada do título de Patrono da Educação Brasileira que lhe foi atribuído pelo governo brasileiro em 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Pedro P. Z. O projeto escola sem partido é antiocidental e antiliberal (porém neoliberal). In Boletim da Adunicamp, Seção Sindical ANDES. Campinas: Unicamp, dez/2018, (p. 4-5)
- BRASIL. Lei 8078, 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências. Presidência da República. Brasília: DF, 1990.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BOLSONARO, Flavio. Projeto de Lei 7180/2014- Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. Brasília: DF, 2014.
- CERASOLI, Josianne F.C.; CHAGURI, Mariana M.. Vigiar a escola, odiar a democracia ou defender o bem público?. In Boletim da Adunicamp, Seção Sindical ANDES. Campinas: Unicamp, dez/2018, (p. 6-10)
- FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. Tese apresentada para concurso de professor da cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife: Universidade Federal do Recife, 1959.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 18ª. ed, RJ: Paz e Terra, 1987. FREIRE, P. Pedagogia da Indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos. 5ª. ed, SP: Editora UNESP, 2000.
- FRIGOTO, Gaudêncio. Escola SEM Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Ebook, RJ: UERJ, LPP, 2017. <https://drive.google.com/file/d/0B8ZDG4hi54IEZ05HQQWdzUmViekE/view>
- PENNA, Fernando de A. O Escola Sem Partido como chave do fenômeno educacional. In FRIGOTO, Gaudêncio. Escola SEM Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Ebook, RJ: UERJ, LPP, 2017. <https://drive.google.com/file/d/0B8ZDG4hi54IEZ05HQQWdzUmViekE/view>
- ESCOLA SEM PARTIDO. Endereço eletrônico: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em 20/10/2019. ZAN, Dirce e MAZZA, Débora. Escola sem Partido? É possível? In Jornal da Unicamp, Edição Web, 05/12/2018. Acesso 28/05/2019. Endereço eletrônico: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/educacao/escola-sem-partido-e-possivel>